



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Decanato de Ensino e Graduação
Curso de Direito**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DADOS GERAIS:

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Curso de Graduação em Direito

TIPO: Pleno

MODALIDADE: Presencial

LOCAIS DE OFERTA: SEROPÉDICA – NOVA IGUAÇU – TRÊS RIOS

NÚMERO TOTAL DE VAGAS:

- 45 para Seropédica;
- 45 para Nova Iguaçu; e
- 45 para Três Rios, sempre em um único vestibular anual, para cada *campus*.

O total de vagas, portanto, será 135 (cento e trinta e cinco) por ano.

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.850 horas

TURNOS DE FUNCIONAMENTO:

- NOTURNO em Seropédica e em Três Rios; e
- DIURNO em Nova Iguaçu.

NOME DOS COORDENADORES:

- Prof. Afranio Faustino de Paula Filho, em Seropédica;
- Prof. Paulo Cosme de Oliveira, em Nova Iguaçu; e
- Prof. José Ângelo Ribeiro Moreira, em Três Rios.

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

1. **JUSTIFICATIVA:**

1.1 Pertinência socioeconômica e cultural

A UFRRJ possui o seu *campus* principal localizado em uma região bastante peculiar na geografia do Estado do Rio de Janeiro. Está situado aproximadamente a 80 km da Capital do Estado. Situado em terras que formaram no passado colonial a antiga Fazenda Jesuítica, o perímetro da Universidade compreende uma vasta região a partir do município de Seropédica, recente desmembramento da antiga Vila, atual município, de Itaguaí. Todavia, com a criação de seus dois novos *Campus*, nos Municípios de Nova Iguaçu e Três Rios, a área de influência da Universidade abrange

vastos e importantes setores do Estado do RJ, tanto na região metropolitana quanto no interior do Estado. Podemos dizer que a UFRRJ atualmente é a principal possibilidade de oferta de ensino superior público para regiões como a Baixada Fluminense, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Costa Verde, Sul Fluminense e parte significativa da Região Serrana.

É significativo recordar que, há pelo menos quatro ou cinco décadas, essa grande área poderia realmente ser considerada um "Sertão Carioca"¹, pois era zona eminentemente rural. No passado, essas regiões estiveram voltadas para o desenvolvimento das economias açucareira, cafeeira e, mais recentemente, no século XX, o chamado "ciclo da laranja". Entretanto, a realidade atual apresenta um quadro completamente diverso, pois a configuração econômico-social desses espaços tem sofrido intensas transformações. Com o Segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que previa o fim de área rural na cidade do Rio de Janeiro em favor de um desenvolvimento industrial, ampliaram-se as desigualdades sociais locais, e bairros como Campo Grande e Santa Cruz tiveram seus antigos sítios substituídos por grandes conjuntos habitacionais para atender a demanda das indústrias que num processo muito lento, aos poucos vêm sendo implantadas.

Hoje, os indicadores populacionais, apontam para uma população de aproximadamente 8 milhões de habitantes em toda essa região. Nos últimos anos, tem havido investimentos na modernização do porto de Sepetiba, na Indústria Naval, em Energia Nuclear, na construção de indústrias siderúrgicas, como previsto para os próximos anos em Itaguaí e Santa Cruz, no pólo petroquímico localizado no município de Duque de Caxias, na modernização das estradas que atravessam a região a partir da construção do Anel Rodoviário, que ligará o recôncavo da Guanabara ao porto de Sepetiba, articulando a região onde será construída uma grande refinaria de petróleo no município de Itaguaí. Acrescente-se ainda o crescimento significativo do setor de serviços, dentre outros investimentos públicos e privados, que evidenciam novo cenário para as regiões vizinhas à UFRRJ. Entretanto, observemos que em todas essas regiões são constatados as menores taxas do índice de desenvolvimento humano (IDH) do Estado, sendo gravíssimos os problemas sobretudo pela falta de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação de qualidade e segurança pública.

E, notemos que todo esse processo tem causado um extraordinário impacto. O primeiro fator que assinala essa mudança é a crescente e a intensa urbanização da periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Recordemos que durante boa parte do século passado esse processo ocorreu em localidades constituídas por bairros e municípios dormitórios, os quais viviam permanentemente o movimento diário dos caminhos entre a casa e o trabalho. Essa posição de periferia em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser ainda uma realidade, apresenta, hoje, demandas notadamente novas, fruto do processo de acelerada e desordenada urbanização. Assim, as crescentes necessidades por serviços públicos básicos e por educação de qualidade são os principais pontos de uma agenda social para essas regiões. O panorama desse diagnóstico geral no setor educacional é a carência de professores e profissionais bem qualificados em diversas áreas. A procura pelo Ensino Superior é, sem dúvida, parte importante desse compromisso de melhoria da qualidade de vida da população que habita a região.

1.2 Mapeamento da demanda (oferta e procura) em IES públicas e privadas do Rio de Janeiro: Zona Oeste, Baixada Fluminense, Costa Verde, Sul Fluminense, Vale do Paraíba.

Desta forma, a região, onde se localiza a UFRRJ, que, como foi visto, apresenta, no momento, considerável desenvolvimento econômico, concentra também um grande contingente populacional.

Entretanto, a região, apesar de desenvolvida economicamente, abriga uma população carente em diversos aspectos.

1

CORRÊA, Magalhães. *O Sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

Segundo análise do IBGE sobre a população brasileira:

"A população é diversamente heterogênea e composta por povos de diversas origens raciais e culturais. Todos os continentes estão aqui presentes, formando um mosaico riquíssimo de tendências culturais, manifestadas nas artes, na língua, nos comportamentos sociais, na política e na economia. A baixada é urbana na configuração e ocupação do espaço, porém, neste mesmo espaço convive com práticas agro-pastoris. Está exposta às influências massiva da mídia e ao mesmo tempo convive com camadas populacionais de cultura eminentemente urbana com todos os valores da sociedade industrial e de consumos refinados." (IBGE/censo 2000).

Esta análise corresponde ao perfil da baixada onde se localiza a UFRRJ, conforme confirmam os dados abaixo do censo demográfico de 2000:

| MUNICÍPIO | ÁREA Km ² | POPULAÇÃO | ELEITORES |
|--------------------|----------------------|------------------|------------------|
| Belford Roxo | 79,0 | 434.474 | 274.148 |
| Duque de Caxias | 464,573 | 775.456 | 533.179 |
| Guapimirim | 360,813 | 37.952 | 30.170 |
| Itaguaí | 271,563 | 82.003 | 67.586 |
| Japeri | 82,832 | 83.278 | 57.175 |
| Magé | 385,696 | 205.830 | 138.124 |
| Mangaratiba | 351,653 | 24.901 | 26.746 |
| Mesquita | 34,767 | 166.080 | 120.261 |
| Nilópolis | 19,157 | 153.712 | 101.256 |
| Nova Iguaçu | 523,888 | 754.519 | 485.020 |
| Paracambi | 179,374 | 40.475 | 26.754 |
| Queimados | 76,921 | 121.993 | 81.409 |
| São João de Meriti | 34,838 | 449.476 | 333.917 |
| Seropédica | 283,794 | 65.260 | 41.891 |
| Total | 3.149,66 | 3.395.409 | 2.317.636 |

Fonte: IBGE

Diante de sua complexidade e como forma de subsidiar a implementação e monitoramento das políticas educacionais, o Plano Nacional de Educação - P.N.E. - define como prioridade o desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis de ensino. Além do mais a **erradicação do analfabetismo** é uma das principais metas do Plano. Devemos considerar como questões subjacentes, de um lado, as desigualdades sociais e regionais existentes; de outro, a dimensão cultural que relaciona a educação, a escola e o ensino e as condições em que se encontra a Baixada Fluminense.

O Mapa do Analfabetismo publicado em 2004 nos dá a seguinte dimensão, por exemplo, do Município de Seropédica, situado no Estado do Rio de Janeiro (Região Sudeste). Segundo o último Censo Demográfico, realizado em 2000, publicado em 2003, a situação se apresentava na forma abaixo:

Tabela 02 - Taxas de analfabetismo da população de 10 anos ou mais – 1996-2001, no Município de Seropédica

| Faixa etária | % |
|--------------|------|
| 10 a 14 | 3,7 |
| 15 e mais | 9,8 |
| 15 a 19 | 2,8 |
| 20 a 29 | 4,0 |
| 30 a 44 | 6,6 |
| 45 a 59 | 14,2 |
| 60 e mais | 31,7 |

Fonte: I.B.G.E.,M.E.C. e I.N.E.P.

Do ponto de vista do poder público, a quem cumpre, simultaneamente, o dever de prover a educação pública e o poder jurídico, torna-se urgente identificar os obstáculos que impedem a realização dos objetivos previstos no art. 214, da Constituição Federal, das metas e providências estabelecidas no P.N.E., assim como fazer as correções da política pública e de atitudes que não se ajustam a nova ordem constitucional.

Esse quadro torna praticamente inexecutável o exercício de direitos tornando a cidadania frágil. O fortalecimento da cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito decorre da qualidade do sujeito de direito e de sua participação operativa. Com efeito, estamos seguros que a criação da Faculdade de Direito virá contribuir para fortalecer a cidadania, sobretudo no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais.

Assim, problemas de alimentação, saúde, educação e habitação, dentre outros, estão presentes na composição do quadro de carência social. Desta forma, no setor de educação, como foi visto, observa-se que as entidades particulares de ensino, pelo seu custo, tornaram-se inacessíveis a uma considerável parcela da população da região.

Excluindo-se a cidade do Rio de Janeiro, nas cidades limítrofes e vizinhas há carência de escolas que se dediquem ao ensino do Direito. Cidades como Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Paracambi, São João de Meriti, Nilópolis, Magé, ou seja, toda a baixada fluminense, além das cidades de todo o Vale do Paraíba, no sul fluminense formam um conjunto populacional expressivo, que, no entanto, não possui qualquer faculdade de Direito mantida pelo governo.

Em razão do quadro descrito, os estudantes, que não têm recursos para pagar por seus estudos e, caso desejem tornar-se bacharéis em Direito, devem deslocar-se para a cidade do Rio de Janeiro ou para Niterói, em busca do ensino público. Assim, entre o Largo de São Francisco, em São Paulo e o bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, não há qualquer ensino público de Direito. E este é exatamente o caminho onde estão situados os *campi* da UFRRJ.

Ressalte-se ainda que a implantação do curso de Direito representa um extraordinário avanço social em termos de realização do setor público, correspondendo à meta do Governo de melhoria das condições de vida da população, até porque a UFRRJ pode manter, com alunos dos últimos períodos do curso de Direito, orientados pelos respectivos professores, um escritório modelo, sob a supervisão da Ordem dos Advogados do Brasil, para atendimento da comunidade carente da região, o que permitirá o acesso à justiça por parte dessa população.

Saliente-se, ainda, que o incremento das atividades do Porto de Sepetiba e o funcionamento do anel Rodoviário, ligando aquele porto a Itaboraí, acarretará, com certeza, o crescimento da densidade populacional da região, aumentando, desta forma, a necessidade de profissionais de todas as áreas sociais, especialmente as de natureza jurídica.

Por fim, cabe lembrar que a criação de um curso de Direito na UFRRJ vem ao encontro do compromisso governamental de satisfazer as necessidades sociais. Não é demasiado reiterarmos que as comunidades adjacentes a esses *campi* da UFRRJ necessitam desse atendimento, que, sem dúvida, será muito bem recebido por elas, porquanto sua juventude está pronta para ingressar no processo de formação superior do Direito.

Tais considerações ressaltam a importância do curso de Direito a serviço da comunidade existente no entorno de nossa Universidade.

1.3 Perfil do egresso e seu papel social:

Dentro da expectativa da missão e objetivos do Curso Jurídico da UFRRJ, considerando portarias, resoluções e diretrizes curriculares do MEC, bem como as recomendações da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, o perfil desejado do bacharel seguirá as seguintes características:

Utilizando o pensamento expresso pela legislação brasileira sobre o ensino jurídico, a Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004 do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, em seu art. 3º se pronuncia através de um texto irretocável:

O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Em linhas gerais o currículo para a graduação, revela o perfil do egresso. O Curso de Direito deve ser generalista, pois assim exige o próprio exercício profissional: não há advogado com conhecimentos em apenas um ramo do Direito. Esta realidade se apresenta muito clara na primeira fase do exame de Ordem que exige conhecimentos de todas as disciplinas do Curso.

Por outro lado, o profissional que será formado deve ter habilidades e capacidade para o enfrentamento dos novos desafios encontrados na sociedade brasileira. Assim o curso de Direito da UFRRJ dará ênfase não apenas a uma sólida formação teórica, mas, sobretudo às ações práticas que possibilitem uma maior participação e vivência do discente no mundo jurídico real.

Dentro desta premissa cuidou o curso de preparar o graduado com sólidos conhecimentos na área do direito ambiental e urbanístico, bem como do direito empresarial, em função das disciplinas eletivas de especialização por eles escolhidas. A observação vale porque a sociedade é móvel e o Direito deve expressar suas preocupações com assuntos do momento.

1.4 Demanda social e empregabilidade:

Observando as demandas de mercado e seguindo a evidente tendência de crescimento da região onde estão situados os três campi da UFRRJ, o Curso de Direito tem condições de abrir um leque de oportunidades para a formação de profissionais e, como desdobramento, um mercado de trabalho promissor na região.

As mudanças percebidas nos ambientes político, econômico, social, ambiental, científico e tecnológico, são marcas caracterizadoras do século atual e com reflexos direto nas regiões onde se pretende criar o Curso de Direito, com bases plantadas nas seguintes demandas:

- crescimento populacional;
- consciência da cidadania;
- ampliação do mercado de trabalho, em razão do crescimento da indústria e do setor de serviços;
- mudança no perfil da região que deixa de ser eminentemente rural para integrar a área metropolitana.

Vale observar que os aspectos positivos e negativos destas mudanças ampliam oportunidades políticas, sociais, ambientais, econômicas, aumentam o agro-negócio, mas provocam inquietações principalmente na ordem social.

Nesta linha de pensamento o Curso de Direito tanto acompanha a ordem jurídica brasileira na formação de cidadãos para atender às grandes necessidades surgidas desse crescimento, quanto amplia igualmente a possibilidade do atendimento ao contingente despreparado para ocupar as oportunidades de um emprego qualificado.

1.5 Contribuição acadêmica do curso para a UFRRJ - impacto sobre os cursos já oferecidos pela instituição:

A qualidade é a principal característica que distingue os Cursos Superiores oferecidos pela UFRRJ.

Esta característica é reflexo de várias ações que norteiam seus projetos pedagógicos, dentre as quais deve ser ressaltada a interdisciplinaridade, decorrente da participação de outras áreas do conhecimento, desenvolvidas na UFRRJ através de outros cursos afinizados com o de Direito, bem como, no caso específico do aluno de Direito, através das atividades complementares, que favorecem a formação do conhecimento humanista.

Desta forma, o curso de Direito vem fortalecer a interdisciplinaridade entre os diversos cursos da UFRRJ, de vez que, gradativamente, poderá aumentar sua participação nos demais cursos ministrados, haja vista o fortalecimento da área, com a contratação de novos profissionais do Direito.

2. Implementação

2.1. Diretrizes curriculares Nacionais

As diretrizes curriculares do Curso de Direito da UFRRJ, elaboradas por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), seguem as orientações da Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 e Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004 ambas do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior.

É, portanto, com base nelas que a UFRRJ deverá tomar todas as necessárias medidas para consolidar um modelo comprometido com a excelência.

O currículo está estruturado, de acordo com a legislação citada, em um período mínimo de 5 (cinco) anos, correspondendo a, pelo menos, dez períodos letivos, totalizando uma carga horária total de **3.850** horas/aula.

Nos três primeiros períodos a ênfase recairá sobre as disciplinas do Ciclo Básico de Estudos, que enfeixa as chamadas disciplinas propedêuticas, embora não exclusivamente sobre elas, já que, mesmo nos primeiros períodos, o curso oferecerá disciplinas do Ciclo Profissional, que será constituído por disciplinas obrigatórias e eletivas de especialização, que além de contemplarem maior flexibilidade na composição do currículo pleno, se aprofundam em diferentes atividades de estudos de áreas temáticas, distribuindo-se assim por todo o curso.

As disciplinas obrigatórias compreendem aquelas indispensáveis à formação do graduando e integram as diretrizes curriculares do Curso, enquanto as disciplinas eletivas de especialização objetivam a formação do futuro profissional do Direito, por constituírem novos campos da atividade profissional.

a) Carga horária mínima de duração

Como foi salientado, o Curso de Direito da UFRRJ não poderá ter menos de dez períodos, perfazendo **3.850** horas/aula.

O Regime Acadêmico compreende:

- Carga Horária ofertada por sistema de crédito semestral.
- Acesso ao ensino universitário anual.
- Quarenta e cinco vagas oferecidas anualmente para cada um dos *campi* onde o curso de Direito funcionará, ou seja, em Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, totalizando 135 (cento e trinta e cinco) vagas anuais, todas preenchidas de acordo com seleção realizada no início do ano letivo.
- Carga horária total de **3.850** h/a, já computadas as 250 horas de Atividades Complementares.
- Número de 15 (quinze) horas-aula para um 1 (um) crédito.
- Período de integralização: no mínimo, 5 anos e no máximo 8 anos.

b) Eixos de formação e carga horária prevista para cada um:

O **primeiro eixo** compreende os estudos propedêuticos que abrangem as disciplinas obrigatórias universais e as disciplinas obrigatórias gerais.

O **segundo eixo** compreende os estudos profissionais e de especialização, que se referem as disciplinas obrigatórias de formação profissionalizante e disciplinas eletivas obrigatórias de especialização.

O **terceiro eixo** compreende a formação prática, fundamental elo de integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos. Nele são oferecidas as atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, o Trabalho de Conclusão do Curso e as Atividades Complementares.

O estágio curricular supervisionado possui **330 horas**, sendo indispensável à consolidação dos estudos acadêmicos realizados. Será realizado nos diversos *campi* da UFRRJ, através dos respectivos Núcleos de Prática Jurídica – NPJ, estruturados e organizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelos órgãos competentes.

As Atividades Acadêmicas Complementares, num total de **250 horas**, são importantes componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do acadêmico de Direito. Tais Atividades Acadêmicas Complementares, deverão observar os termos da Deliberação Nº. 078, de 05 de outubro de 2007, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O Trabalho de Conclusão do Curso integra o currículo obrigatório com **120 horas**, divididas entre a disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, onde o discente terá orientação adequada para a formação do projeto final do Curso, e as atividades acadêmicas de prática de Orientação e Preparo da Monografia, que representam importante instrumental preparatório e obrigatório para a atividade acadêmica de prática de Apresentação da Monografia, que corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

É conveniente salientar que o aluno poderá cursar fora dos eixos acima referenciados, disciplinas de livre escolha, de acordo com os termos da Deliberação do CEPE nº. 84 de 26 de julho de 2005, e disciplinas optativas, que são aquelas que não fazem parte do currículo mínimo obrigatório, mas que podem, quando oferecidas pela coordenação do curso, ser freqüentadas pelo aluno com o objetivo de favorecer a sua formação em uma determinada área do Direito.

Em princípio, todas as disciplinas não obrigatórias ao aluno assumem o caráter de optativas, como, por exemplo, as disciplinas eletivas de uma especialização para o aluno matriculado nas disciplinas da outra especialização.

Parte da formação prática dos alunos do Curso de Direito serão desenvolvidas sob a coordenação dos Núcleos de Prática Jurídica, em consonância com a Deliberação do CEPE nº. 126 de 26 de dezembro de 2005, de modo que as atividades de Estágio Supervisionado, Elaboração e Defesa da Monografia e Pesquisa e Prática de Especialização serão consideradas de acordo com aquele ato administrativo.

Ressalte-se que, considerando o compromisso da UFRRJ com a produção de conhecimentos, e, como corolário da pesquisa jurídica decorrente dos TCC, a implantação, no âmbito do curso de Direito, no *campus* sede, em Seropédica, do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica – NUPAC, através do qual será estimulada a divulgação de trabalhos produzidos pelos discentes, além de, evidentemente, aqueles produzidos pelo corpo docente do curso de Direito.

Em face do exposto, a carga horária do curso de Direito da UFRRJ pode ser sintetizada de acordo com o seguinte quadro:

| EIXOS | HORAS |
|--|--------------|
| a) Fundamental ou Propedêutico | 540 |
| b) Profissionalizante | 2280 |
| c) Especialização | 180 |
| d) Prático | |
| - Estágio Curricular Supervisionado | 330 |
| - Atividades Acadêmicas Complementares | 250 |
| - Pesquisa e prática das disciplinas de especialização | 180 |

| | |
|---|-------------|
| - Trabalho de Conclusão do Curso | 90 |
| TOTAL | 3850 |

c) Matriz Curricular em 10 períodos para curso:

1º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré-requisitos |
|--------|---|----------------|---------------|----------------|
| | Fundamentos da Ciência Política | (4-0) | 60 | |
| | Direito Constitucional I (Teoria geral do Estado e Direitos Humanos) | (4-0) | 60 | |
| | Direito Romano | (2-0) | 30 | |
| | Fundamentos das Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia) | (4-0) | 60 | |
| | Introdução ao Estudo do Direito Civil (Lei de Introdução ao Código Civil) | (2-0) | 30 | |
| | Introdução ao Estudo do Direito I (Teoria da Norma Jurídica) | (2-0) | 30 | |
| | Língua Portuguesa no Direito I | (2-0) | 30 | |
| | | 20 | 300 | |

2º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré-requisitos |
|--------|---|----------------|---------------|------------------|
| | Direito Civil I (Parte Geral) | (4-0) | 60 | Introd. D. Civil |
| | Direito Constitucional II (Teoria da Constituição) | (4-0) | 60 | Constitucional I |
| | Filosofia Geral e do Direito | (4-0) | 60 | |
| | História do Direito | (2-0) | 30 | |
| | Introdução ao Estudo do Direito II (Teoria da Relação Jurídica) | (2-0) | 30 | Introdução I |
| | Psicologia aplicada ao Direito | (2-0) | 30 | |
| | Língua Portuguesa no Direito II | (2-0) | 30 | Língua Port. I |
| | | 20 | 300 | |

3º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré-requisitos |
|--------|---|----------------|---------------|-------------------|
| | Direito Civil II (Direito das Obrigações) | (4-0) | 60 | Civil I |
| | Direito do Consumidor | (2-0) | 30 | |
| | Direito Constitucional III | (4-0) | 60 | Constitucional II |
| | Direito Penal I | (4-0) | 60 | |
| | Economia Política | (2-0) | 30 | |
| | História do Direito no Brasil | (2-0) | 30 | |
| | Sociologia Jurídica | (2-0) | 30 | |
| | | 20 | 300 | |

4º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré-requisitos |
|--------|--------------------------------|----------------|---------------|--------------------|
| | Direito Civil III (Contratos) | (4-0) | 60 | Civil II |
| | Direito Constitucional IV | (4-0) | 60 | Constitucional III |
| | Direito Empresarial I | (4-0) | 60 | |
| | Direito Penal II | (4-0) | 60 | Penal I |
| | Teoria Geral do Processo – TGP | (4-0) | 60 | |
| | | 20 | 300 | |

5º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré-requisitos |
|--------|---------------------------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Direito Civil IV (Direito das Coisas) | (4-0) | 60 | Civil I |
| | Direito Empresarial II | (4-0) | 60 | |
| | Direito Financeiro | (2-0) | 30 | |
| | Direito Penal III | (4-0) | 60 | Penal II |
| | Direito Processual Civil I | (4-0) | 60 | TGP |
| | Responsabilidade Civil | (2-0) | 30 | |
| | | 20 | 300 | |

6º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré -requisitos |
|--------|--------------------------------------|----------------|---------------|-----------------|
| | Direito Administrativo I | (4-0) | 60 | |
| | Direito Civil V (Direito de Família) | (4-0) | 60 | Civil I |
| | Direito Empresarial III | (4-0) | 60 | |
| | Direito Penal IV | (4-0) | 60 | Penal II |
| | Direito Processual Civil II | (4-0) | 60 | Proc. Civil I |
| | | 20 | 300 | |

7º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré -requisitos |
|--------|--|----------------|---------------|------------------|
| | Direito Administrativo II | (4-0) | 60 | Administrativo I |
| | Direito Civil VI (Direito das Sucessões) | (4-0) | 60 | Civil I |
| | Direito Processual Civil III | (4-0) | 60 | Proc. Civil I |
| | Direito Processual Penal I | (4-0) | 60 | |
| | Direito Tributário I | (4-0) | 60 | |
| | | 20 | 300 | |

8º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré -requisitos |
|--------|---|----------------|---------------|-----------------|
| | Direito Ambiental | (4-0) | 60 | |
| | Direito do Trabalho I | (4-0) | 60 | |
| | Direito Processual Penal II | (4-0) | 60 | Proc. Penal I |
| | Direito Tributário II | (4-0) | 60 | Tributário I |
| | Ética Profissional (Deontologia Jurídica) | (2-0) | 30 | |
| | Metodologia da Pesquisa Jurídica | (2-0) | 30 | |
| | | 20 | 300 | |

9º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré -requisitos |
|--------|--------------------------------|----------------|---------------|-----------------|
| | Direito do Trabalho II | (4-0) | 60 | Trabalho I |
| | Direito Eleitoral | (4-0) | 60 | |
| | Direito Penal Militar | (4-0) | 60 | |
| | Direito Processual Penal III | (4-0) | 60 | Proc. Penal II |
| | Disciplina de Especialização 1 | (2-0) | 30 | |
| | Disciplina de Especialização 2 | (2-0) | 30 | |
| | | 20 | 300 | |

10º Período

| Código | Disciplina | Créditos (T-P) | Carga Horária | Pré -requisitos |
|--------|----------------------------------|----------------|---------------|-----------------|
| | Direito Internacional Público | (4-0) | 60 | |
| | Direito Processual Penal Militar | (4-0) | 60 | Penal Militar |
| | Direito Processual do Trabalho | (4-0) | 60 | Trabalho II |
| | Disciplina de Especialização 3 | (2-0) | 30 | |
| | Disciplina de Especialização 4 | (2-0) | 30 | |
| | Disciplina de Especialização 5 | (2-0) | 30 | |
| | Disciplina de Especialização 6 | (2-0) | 30 | |
| | | 20 | 300 | |

| | |
|--|-------------|
| Total da carga horária da Matriz Curricular | 3000 |
| Total de Atividades Acadêmicas de Prática(Del CEPE nº. 126 de 26-12-2005) | 600 |
| Atividades Acadêmicas Complementares | 250 |
| | |
| <i>Carga Horária Total do Curso</i> | 3850 |

d) Matriz Curricular das Atividades Acadêmicas de Prática:

| Atividade Acadêmica | C/H | Período |
|--|------------|----------------|
| Pratica Simulada I (Civil) | 90 | 6º |
| Pratica Simulada II (Administrativa) | 60 | 7º |
| Pratica Simulada III(Penal) | 60 | 8º |
| Orientação e Preparo de Monografia I | 30 | 8º |
| Pratica Simulada IV(Trabalho) | 60 | 9º |
| Orientação e Preparo de Monografia II | 30 | 9º |
| Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização I | 30 | 9º |
| Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização II | 30 | 9º |
| Pratica Simulada V (Empresarial) | 60 | 10º |
| Apresentação da Monografia | 30 | 10º |
| Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização III | 30 | 10º |
| Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização IV | 30 | 10º |
| Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização V | 30 | 10º |
| Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização VI | 30 | 10º |
| | | |
| Total | 600 | - |

O detalhamento das Atividades Acadêmicas de Prática encontra-se no ANEXO II.

e) Distribuição das Disciplinas**I - Eixo das disciplinas fundamentais ou propedêuticas:**

- 0 Direito Romano – 30 h/a
- 1 Economia Política – 30 h/a
- 2 Ética Profissional (Deontologia Jurídica) – 30 h/a
- 3 Filosofia Geral e do Direito – 60 h/a
- 4 Fundamentos da Ciência Política – 60 h/a
- 5 Fundamentos das Ciências Sociais – 60 h/a
- 6 História do Direito – 30 h/a
- 7 História do Direito no Brasil – 30 h/a
- 8 Introdução ao Estudo do Direito Civil – 30 h/a
- 9 Introdução ao Estudo do Direito I – 30 h/a
- 10 Introdução ao Estudo do Direito II – 30 h/a
- 11 Língua Portuguesa no Direito I – 30 h/a
- 12 Língua Portuguesa no Direito II – 30 h/a
- 13 Psicologia aplicada ao Direito – 30 h/a
- 14 Sociologia Jurídica – 30 h/a

15 Total das fundamentais = 540 h/a

II – Eixo das disciplinas profissionalizantes:**a) Área do Direito Público:**

- 0 Direito Administrativo

- 1 Direito Ambiental
- 2 Direito Constitucional
- 3 Direito Eleitoral
- 4 Direito Financeiro
- 5 Direito Internacional Público
- 6 Direito Penal
- 7 Direito Penal Militar
- 8 Direito Processual Penal
- 9 Direito Processual Penal Militar
- 10 Direito Tributário
- 11 Direitos Humanos
- 12 Teoria da Constituição

b) Área do Direito Privado:

- 0 Direito Civil
- 1 Direito Empresarial
- 2 Direito do Consumidor
- 3 Direito do Trabalho
- 4 Direito Processual Civil
- 5 Direito Processual do Trabalho
- 6 Responsabilidade Civil
- 7 Teoria Geral do Processo

III – Eixo das disciplinas eletivas de Especialização:

A – Especialização em Direito Empresarial

- 0 Agronegócio
- 1 Direito da Pequena e Média Empresa
- 2 Direito Internacional da Integração
- 3 Direito do Terceiro Setor
- 4 Direito Previdenciário
- 5 Empreendedorismo

B – Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico:

- 0 Direito Agrário
- 1 Direito Ambiental Internacional
- 2 Direito dos Animais
- 3 Direito Florestal
- 4 Direito Processual Ambiental
- 5 Direito Urbanístico

III – Disciplinas Optativas:

Como salientado anteriormente, são aquelas que não fazem do currículo mínimo obrigatório, mas que podem, quando oferecidas pela coordenação do curso, ser freqüentadas pelo aluno com o objetivo de favorecer a sua formação em uma determinada área do Direito.

Em princípio, todas as disciplinas não obrigatórias ao aluno assumem o caráter de optativas, como, por exemplo, as disciplinas de uma especialização para o aluno matriculado nas disciplinas da outra especialização.

Algumas outras disciplinas optativas, são as seguintes:

| | |
|----|---|
| 0 | Biodireito |
| 1 | Propriedade Intelectual |
| 2 | Direito do Petróleo e Gás |
| 3 | Direito dos Transportes |
| 4 | Direito Imobiliário |
| 5 | Direito Internacional Privado |
| 6 | História das Idéias Políticas |
| 7 | LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais |
| 8 | Medicina Legal |
| 9 | Política Internacional |
| 10 | Processo Administrativo |

f) Corpo docente previsto para cada eixo:

- **Eixo das disciplinas fundamentais ou propedêuticas:** 2 (dois) professores de Direito e 6 (seis) de outros Departamentos, sendo 1 de cada, quais sejam: Filosofia, Ciências Sociais, História, Português, Psicologia e Economia). Saliente-se que os professores de outros departamentos não deverão ocupar toda a sua atividade docente no curso de Direito.
- **Eixo das disciplinas profissionalizantes:** 12 (doze) professores de Direito
- **Eixo das disciplinas de Especialização:** 4 (quatro) professores de Direito
- **Eixo das disciplinas de Prática:** 2 (dois) professores de Direito

O total de professores de disciplinas jurídicas é, portanto de 20 (vinte) ao longo do curso, conforme cronograma de contratações a ser proposto.

- 2.2. A matriz curricular até aqui descrita, exceto no que toca às disciplinas optativas, é comum ao curso de Direito em todos os *campi* da UFRRJ, só podendo sofrer qualquer modificação pela aprovação da maioria absoluta dos integrantes dos respectivos colegiados do curso de Direito em cada *campus*, reunidos em sessão conjunta, ou nela representados por seus respectivos coordenadores.

As atividades Acadêmicas Complementares e o Estágio Curricular Supervisionado atenderão às especificidades de cada *campus*, da mesma forma que as disciplinas optativas.

2.3. Número de docentes, além dos de disciplinas jurídicas, lotados nos Institutos e Departamentos da UFRRJ, que potencialmente poderiam participar do curso:

Todos os professores efetivos de disciplinas jurídicas, cujo número, hoje em dia, é de 3 (três) na sede, em Seropédica; 2 (dois), em Nova Iguaçu: e 3 (três) em Três Rios.

Aguarda-se a autorização para a nomeação dos 4 (quatro) professores aprovados em recente concurso público, sendo dois 2 (dois) o curso em Seropédica e 2 (dois) para o curso em Nova Iguaçu.

Os professores de disciplinas constantes do Curso de Direito, como Sociologia, Antropologia, Português, História, Economia, Psicologia, etc., que, em princípio, poderiam estar aptos a colaborar, caso necessário se fizesse, como docentes do curso que está sendo proposto.

2.4. Número de docentes novos bem como o seu perfil que deverão ser contratados para atender ao curso proposto.

Como foi salientado no item 2.1, o total de professores de disciplinas jurídicas é, portanto de 20 (vinte) ao longo do curso.

O perfil de cada contratação será definido na época em que ela for autorizada, tendo em vista as disciplinas que o futuro professor efetivo deverá ter sob sua responsabilidade.

Em princípio, todos devem ter dedicação exclusiva e possuírem, no mínimo, o título de Mestre em Direito.

2.5. Cronograma de contratações:

O corpo docente deverá ser contratado, de forma escalonada, sugerindo-se o cronograma a seguir estabelecido:

1º período:

Professores de Disciplinas Fundamentais Não Jurídicas: 2 (dois) (Ciência Política; Fundamentos de Antropologia e Sociologia; Sociologia Jurídica e Judiciária; Língua Portuguesa no Direito).

Professores de Disciplinas Fundamentais Jurídicas: 2 (dois).

2º período:

Professores de Disciplinas Fundamentais Não Jurídicas: 4 (quatro) (Economia Política; Filosofia Geral e do Direito; História do Direito; História do Direito no Brasil; e Psicologia aplicada ao Direito).

Professores de Disciplinas Jurídicas: 2 (dois), sendo um para o Direito Público e outro para o Direito Privado.

3º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 2 (dois), sendo um para o Direito Público e outro para o Direito Privado.

4º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 2 (dois), sendo um para o Direito Público e outro para o Direito Privado.

5º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 2 (dois), sendo um para o Direito Público e outro para o Direito Privado.

6º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 2 (dois), sendo um para o Direito Público e outro para o Direito Privado.

Professores de Atividades de Prática Jurídica: 1 (um).

7º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 2 (dois), sendo um para o Direito Público e outro para o Direito Privado.

Professores de Atividades de Prática Jurídica: 1 (um).

8º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 1 (um), para o Direito Público.

Professores de Atividades de Prática Jurídica: 1 (um).

9º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 1 (um), para as disciplinas de Especialização.

10º período:

Professores de Disciplinas Jurídicas: 1 (um), para as disciplinas de Especialização.

QUADRO-RESUMO DAS CONTRATAÇÕES DE PROFESSORES:

| PERÍODO | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | TOTAIS |
|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| 1º | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| 2º | 4 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| 3º | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| 4º | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| 5º | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| 6º | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| 7º | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| 8º | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| 9º | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 10º | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| TOTAIS | 6 | 2 | 7 | 6 | 3 | 2 | 26 |

O Curso de Direito necessitará, portanto, como se vê do quadro acima, de **26 professores**, dos quais **6 (seis) são de disciplinas afetas a outros departamentos** e **20 (vinte) são de disciplinas jurídicas**.

Ressalte-se que este número de docentes refere-se aos campi de Seropédica e Nova Iguaçu (conjuntamente) e Três Rios (isolado).

LEGENDAS:

- (1) Fundamentais Não Jurídicas
- (2) Fundamentais Jurídicas
- (3) Direito Público
- (4) Direito Privado
- (5) Atividades de Prática Jurídica
- (6) Especialização

3. Infra-estrutura Básica Indispensável

3.1 Tipos de laboratório e estimativa de gastos com material permanente e equipamentos para cada laboratório:

O curso de Direito ficará vinculado, em Seropédica, ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis – DCAC, que se encontra instalado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS.

Partilham também das instalações os Departamentos de Ciências Econômicas, Economia Doméstica, História e Letras e Ciências Sociais.

O ICHS apresenta boa estrutura para agasalhar o curso em sua fase inicial, tendo em vista que a proposta inicial do Curso de Direito, é de funcionamento noturno.

Assim, ocupará espaços disponíveis, enquanto as obras do prédio, que abrigará o curso de Direito, conforme previsão do REUNI não ficarem concluídas.

Ocupando uma área construída de aproximadamente 3.050 m² distribuída por três edifícios: Prédio Principal, Prédio Anexo I e Prédio Anexo II, o Instituto conta, entre outras, com instalações para Diretoria e Secretaria Administrativa (39.9m²), Vice-Diretoria (13.40m²), Copa (21.15m²), Salas de Aula, Laboratório de Informática e do Centro de Leitura e Estudo Rômulo Cavina.

Quanto ao campus de Nova Iguaçu, o Curso de Direito ficará vinculado ao Departamento de Administração e Turismo – DAT – do Instituto Multidisciplinar.

Em relação a Três Rios o Curso de Direito funcionará nas instalações hoje existentes no Colégio Rui Barbosa até que as instalações definitivas fiquem prontas.

Tendo em vista que a população estudantil, a cada período letivo, tende a crescer, tornam-se necessárias providências administrativas no sentido de que o curso de Direito tenha uma secretaria para cada *campus*.

Além desta providência, exigências legais fazem com que cada *campus* passem a contar com uma Biblioteca especializada em Direito, a fim de que os alunos do curso possam recorrer a esse acervo para realização de seus trabalhos escolares e aprofundamento dos seus conhecimentos jurídicos.

De acordo com o entendimento vigente, o acervo bibliográfico jurídico inicial deve somar, no mínimo 3.000 títulos (30% do total exigido), atualizado e específico, além da assinatura de três periódicos especializados.

Evidentemente, a organização desse acervo bibliográfico, que será feito gradualmente, poderá contar com a colaboração de doações das Editoras Jurídicas e da comunidade, através das Prefeituras dos Municípios beneficiados, cabendo à Universidade a aquisição do número restante.

Além do mais, acrescente-se a possibilidade de convênios com bibliotecas virtuais existentes, sobretudo nos Espaços educacionais do Mercosul e Europeu e por que não dizer, do Mundo. Essas bibliotecas são uma realidade concreta e têm permitido acesso permanente a produções acadêmicas e científicas.

A Academia, no Século XXI, não pode prescindir do acesso as fontes de informação nas áreas a que se propõe ensinar.

3.2. Do NUPAC:

Possuindo o Direito um caráter contingente e a UFRRJ o compromisso com a produção de conhecimentos, faz-se necessário, desde já, no âmbito do Curso, à implantação de um Núcleo de Produção Acadêmica e Científica – NUPAC, através do qual se estimulará a publicação de pequenos textos, revistas e livros pelos corpos discente e docente.

As publicações do NUPAC serão sem custo para o Curso de Direito, ficando às expensas de seus autores, alunos e professores do Curso de Direito, bem assim a responsabilidade do seu conteúdo.

Uma vez publicados, em dez (10) exemplares cada obra, deverão ser expostos e disponibilizados nas instalações do Curso de Direito, de preferência em quadro/estante, especialmente construído para abrigá-los e permitir o acesso dos alunos e professores.

Esta iniciativa suprirá considerável demanda, já que a maioria dos alunos, residentes na baixada, atendida pela UFRRJ, não dispõe de recursos suficientes para adquirir livros e revistas especializadas, com a dinâmica que o Curso de Direito exige.

A produção contribuirá, inclusive, para projetar o nome do Curso de Direito no âmbito da Universidade e, seguramente na Comunidade Acadêmica do País.

Acrescente-se ainda que, sendo o direito dinâmico e contingente, vale repetir, faz-se absolutamente oportuno a criação de um núcleo de produção acadêmica capaz de, no fervor das questões e debates jurídicos que ocupam o cenário político e jurídico do País, oferecer aos alunos e à Comunidade Acadêmica uma análise crítica de área especializada.

O NUPAC será coordenado por um professor efetivo do Curso de Direito, que será denominado – **Coordenador do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica do Curso de Direito da UFRRJ**, sendo designado por ato do(a) Decano(a) de Graduação da UFRRJ, mediante indicação conjunta, tomada por maioria de votos, dos coordenadores do Curso de Direito nos diversos *campi* da UFRRJ.

O Coordenador do NUPAC deverá submeter aos Coordenadores do Curso de Direito, para devida aprovação, minuta de REGULAMENTO DO NUPAC para conhecimento da Comunidade acadêmica envolvida.

As tarefas administrativas do NUPAC ficarão a cargo de um **(1) funcionário**, sob orientação do Coordenador do Curso de Direito. Este funcionário se encarregará dos registros e procedimentos necessários para publicação, exposição e registros internos e externos dos trabalhos. Deverá manter estreito contato com os setores responsáveis pelo acervo da Biblioteca da UFRRJ, na qual deverá fazer depósito de dois (2) exemplares de cada publicação.

Considerando que a produção literária virá pronta, o NUPAC será dotado apenas com os materiais abaixo:

- uma (1) sala com área de 9 metros quadrados;
- uma (1) mesa para uso de computador e impressora;
- uma (1) mesa de reunião com quatro cadeiras.
- três (3) cadeiras;
- uma (1) estante;
- Um (1) telefone;
- um computador com acesso à Internet; e

- uma Impressora/copiadora.

Para a promoção de estudos comparados, intercâmbios de alunos, professores e de conhecimentos, faz-se necessário um núcleo/setor de relações internacionais no âmbito do Curso de Direito, que ficará também sob a responsabilidade do Coordenador do NUPAC, para dinamizar tais relações e encaminhar propostas aos órgãos internos competentes.

3.3. Dos Núcleos de Prática Jurídica:

Como salientado ao longo da exposição, cada *campus* contará com um NPJ, encarregado de oferecer o estágio supervisionado.

Os NPJ deverão ter instalações adequadas e serão regidos por regulamento próprio, baixado por ato conjunto dos Coordenadores do Curso de Direito, em observância às leis e, sobretudo às orientações da OAB, a qual estará sujeito a verificação das condições oferecidas.

Será coordenado e supervisionado por um professor, designado pelo Colegiado do Curso de Direito, em cada *campus*.

Os NPJs do Curso de Direito da UFRRJ oferecerão **ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE**, nas seguintes modalidades:

1. Estágio curricular;
2. Estágio extra-curricular, dividido em:
 - a) **Estágio profissional de advocacia; e**
 - b) **Estágio de caráter geral.**

O **estágio curricular, de caráter obrigatório**, está sob a orientação de um professor-orientador e destina-se a prática dos conhecimentos adquiridos no âmbito de cada disciplina. É parte do currículo mínimo do Curso de Direito.

O acesso ao **estágio profissional de advocacia, de caráter optativo (condição para inscrever-se na OAB)**, destina-se aos alunos do Curso de Direito, matriculados nos 5 (cinco) últimos períodos. As atividades serão essencialmente práticas e deverão propiciar ao estagiário a participação e análise crítica de situações reais e, preferencialmente, com ênfase em sua formação acadêmica. Este estágio está sob a verificação e supervisão da OAB/RJ.

O **estágio de caráter geral** abriga atividades que, a critério da Coordenação do Curso de Direito, contribuem para a formação e desempenho da advocacia.

Com o objetivo de oferecer estágio de qualidade, o NPJ manterá convênios com órgãos públicos e privados, dentre os quais:

1. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro visando, sobretudo a prática no âmbito dos juizados especiais cíveis e criminais;
2. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
3. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
4. Órgãos de defesa dos direitos do consumidor;
5. Empresas sediadas na região abrangida pela UFRRJ;
6. Prefeituras; e
7. Governo do Estado do Rio de Janeiro, dentre outros.

Para efetivar a oferta do estágio de prática jurídica, o Curso de Direito deverá contar com a seguinte **infra-estrutura**:

I – RECURSOS HUMANOS:

1. Um (1) Coordenador;
2. Professores-orientadores, em numero correspondentes aos alunos matriculados. Será 1 (um) professor-orientador para cada 10 estagiários.
3. Advogados (contratados e/ou conveniados), considerando:
 - que os professores estão impedidos do exercício da advocacia;
 - que a prática de audiências reais, tarefas forenses (acompanhamento de processos, vistas de processos, atos processuais praticados por juizes, promotores, defensores e advogados) são fundamental na formação do aluno; e
 - que esta última é prerrogativa de advogado inscrito na OAB.
4. 2 (dois) funcionários para que se ocupem dos registros que comprovem a efetiva prática dos alunos, nas seguintes tarefas:
 - 4.1. Plantões;
 - 4.2. Audiências
 - 4.3. Sessão de 2º Grau de Jurisdição;
 - 4.4. Julgamento do Plenário do Júri
 - 4.5. Prestação de serviços profissionais à Entidades públicas, empresariais, comunitárias;
 - 4.6. Diligências e outras tarefas de caráter jurídico recomendada pela coordenação do NPJ;
 - 4.7. Elaboração de peças processuais;
 - Trabalhos práticos: pesquisas e análise de casos concretos e análise de legislação;
 - 4.8. Visitas a presídios, a Delegacias, ao IML e a órgãos do Poder Judiciário, ao Ministério Público e a Defensoria Pública;
 - 4.9. Palestras e Conferências credenciadas pelo Coordenador do Estágio;
 - 4.10. Técnicas de negociação e arbitragem.
 - 4.11. Controle na tramitação dos documentos e, sobretudo dos processos existentes no NPJ.

II - INSTALAÇÕES.

Considerando a natureza das atividades preconizadas pela legislação especializada (Estatuto da OAB, Código de Ética, Regulamento do NPJ, etc.), as instalações onde funcionarão os NPJ conterão:

Sala 01 - Sala de administração de aproximadamente 6 metros quadrados, com o seguinte mobiliário:

Duas (2) uma mesas, 6 cadeiras, duas (2) estantes, dois (2) computadores com acesso à Internet, duas impressoras, um grampeador, um telefone, um fax.

Sala 02- Sala de Audiência com os seguintes mobiliários:

- uma(1) mesa
- quatro (4) cadeiras
- um (1) computador
- uma(1) Impressora
- um(1) grampeador

Sala 03- Sala /Tribunal do Júri, com os seguintes mobiliários:

- uma (1) mesa

- quatro (4) cadeiras
- um (1) computador
- uma (1) Impressora
- um (1) grampeador

Sala 04 – Sala destinada a abrigar os estagiários que sob a supervisão de um orientador possa receber a clientela com direito a advocacia gratuita. Esta sala deverá ser dotada do seguinte mobiliário:

- Cinco (5) mesas com gavetas e adequadas para uso de computador e impressora;
- Cinco (5) estantes para guarda de processos simulados e cópias de processos reais para consulta dos estagiários;
- Quinze (15) Cadeiras, para assento dos professores-orientadores e estagiários. Cada mesa será ocupada por uma área do direito (disciplina) ou grupamento de disciplinas.
- Uma (1) grande mesa, com várias cadeiras

OBS.:

Todas essas salas poderão fazer parte de um salão com as divisórias que as identifiquem e assegurem a mobilidade adequada ao seu uso.

III- ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO NPJ

Considerando a absoluta necessidade de consulta, pelos estagiários, da legislação codificada, condição *sine qua* para a redação de documentos jurídicos, o NPJ disporá de um pequeno acervo inicial, ou seja, 10 exemplares dos Códigos a seguir:

Código Civil
 Código de Processo Civil
 Código Penal
 Código de Processo Penal
 Código Tributário Nacional
 Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, atualizada.
 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Estaduais e federais).
 Estatuto a Criança e do Adolescente;
 Código do Consumidor.

As demais legislações serão obtidas através da Internet.

3.4. Livros e periódicos básicos - estimativa de investimentos:

Num primeiro momento, as Bibliotecas devem contar, por disciplina, com de três a cinco exemplares de cada título, indicado pelo professor como bibliografia básica, e de, pelo menos um exemplar, de cada título indicado como bibliografia complementar.

Por desdobramento, a Biblioteca do Curso vai sendo paulatinamente formada e a ênfase deve ser na aquisição de títulos novos, com a maior freqüência possível.

A formação de uma Biblioteca para o Curso de Direito, em cada *campus*, tem suas demandas, mas a experiência mostra a possibilidade saudável de acionar as diferentes editoras interessadas em oferecer doações ao Curso que, em contrapartida, adotaria muitas de suas obras oferecidas.

Ainda, assim, o valor estimado para este importante investimento, pode ser em torno de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para cada *campus*, importância que poderá ser menor se considerarmos as possíveis doações supracitadas.

Cumprе ressaltar que, no dia 22 de junho de 2008, foi feita ao órgão competente para tal, uma solicitação de compra de livros, para os três *campi* onde funcionarão o curso de Direito da UFRRJ.

4. DA SEGURANÇA DO CAMPUS:

Embora sabendo que a Administração Superior da UFRRJ já está tomando providências, não mencionadas nesta proposta mas que são essenciais para o funcionamento do curso, como a construção do prédio onde futuramente ele será instalado, a comissão achou por bem registrar a sua preocupação com a segurança do *campus* Seropédica, visto que o curso está sendo proposto para o turno da noite e o aumento do nível de segurança do *campus* é uma providência, enquanto outras talvez possam se desdobrar no tempo.

Assim, em razão desta preocupação, sobretudo com o trânsito de alunos, professores e servidores que se deslocam, durante 24 horas, de grandes distâncias, percorrendo lugares ermos, vulneráveis a previsíveis ações de criminosos na região, a comissão achou por bem traçar algumas considerações.

Desta forma, salienta que o livro de ocorrências existente na sala da guarda da UFRRJ revela a gravidade da situação existente. A sensação de perigo se estende à via pública, por ocasião da entrada e saída do campus, principalmente à noite, no horário em que o curso de Direito está previsto para funcionar.

A sensação de insegurança tem provocado considerável prejuízo à atividade docente e à formação acadêmica, já que a maioria dos alunos, preocupada com essa situação, demonstra, sem disfarçar, vontade de deixar a sala de aula antes do horário previsto, ora para "pegar o último ônibus", ora para sair em grupo e se proteger.

Assim, a chegada do curso de Direito e dos demais novos cursos noturnos, a partir de 2009 exigirá de todos vigilância redobrada com os novos equipamentos, voltada principalmente para os alunos, professores e servidores, desde o momento em que chegam, enquanto permanecem e quando se deslocam no campus.

Ao que consta, o **ICHS - Instituto de Ciências Humanas e Sociais**, recepcionará o maior número de alunos nos novos cursos. A localização do Instituto, ou melhor, a proximidade da via pública já consolidou uma entrada e saída do campus, exatamente em frente ao prédio onde está localizado.

Assim, vale repetir, com o objetivo de resguardar a atividade docente, os equipamentos e, sobretudo a segurança dos alunos, professores e demais servidores, que seria prudente a adoção das providências abaixo, sem prejuízo de outras a que as autoridades constituídas julguem oportunas:

- Solicitar à Prefeitura do Campus as providências necessárias à segurança de todos, inclusive iluminação nas áreas de maior concentração e circulação de alunos.
- Solicitar à Polícia Militar a construção de uma guarita em frente ao ICHS, ou, pelo menos, a permanência de uma guarnição de RP estacionada no período noturno, na parte externa, próximo ao ponto de ônibus ali existente.
- Solicitar aos órgãos abaixo, medidas que venham a atenuar a sensação de insegurança:
 - Polícia Civil;
 - Polícia Rodoviária Federal;
 - Prefeitura Municipal de Seropédica;
 - Corpo de Bombeiros;
 - Defesa Civil;
 - Empresas de ônibus;
 - Câmara Municipal de Seropédica;
 - Polícia Federal;
 - Departamento de Trânsito;
 - outros órgãos interessados.

Seropédica, em

AFRANIO FAUSTINO DE PAULA FILHO
Professor Associado
Presidente da Comissão

VALTER CORRÊA LUIZ
Professor Adjunto
Membro

PAULO COSME DE OLIVEIRA
Professor Assistente
Membro

JOSÉ ÂNGELO RIBEIRO MOREIRA
Professor Adjunto
Membro

EDIVAL DAN
Professor Adjunto
Membro

ANEXO I

ANEXO I**EMENTAS DAS DISCIPLINAS****1º PERÍODO**

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------------------------|----------------------------|
| FUNDAMENTOS A CIÊNCIA POLÍTICA | 60 C/H - 1º Período |

EMENTA

Bases e fundamentos do pensamento político moderno. Maquiavel e a autonomia da esfera política. O contratualismo moderno em contraponto ao enfoque histórico. O construtivismo e a gênese da ordem. Hobbes e o Estado Absoluto; Locke e o Estado Liberal; Rosseau e o Estado Democrático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHEAVELLI, Niccolo. O Príncipe. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.
 WEFORT, F. (org.) Os Clássicos da Política. São Paulo. Editora Ática, 1989.
 LOCKE, J. Segundo Tratado sobre O Governo Civil, in Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, N e BOVERO M. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1986.
 CICCIO, Cláudio de. GONZAGA, Álvaro Luiz Travassos de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 1ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 HOBBS, T. Leviatã in Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril, 1983.
 MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.
 RIBEIRO, Renato Janine. Ao Leitor sem Medo – Hobbes escrevendo contra seu tempo. São Paulo. Brasiliense, 1984.
 ROSSEAU, J.J. Do Contrato Social. São Paulo. RT, 2008.
 _____ Do Contrato Social, in Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril, 1973.
 SADEK, M. T. Maquiavel – A Política como ela é. São Paulo. Editora FTD, 1996.
 WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. 4ª edição. São Paulo. RT, 2003.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------------------|----------------------------|
| DIREITO CONSTITUCIONAL I | 60 C/H - 1º Período |

EMENTA

A Teoria Geral do Estado. Estado de Direito. Legalidade, Separação de Poderes e Direitos Fundamentais. Monarquia Constitucional e República. Presidencialismo e parlamentarismo. Tipos de Estado. Estado Democrático de Direito. O Estado no Brasil. Direitos humanos: jusnaturalismo e jusposi-

tivismo. Pós-positivismo. Direitos humanos e cláusulas pétreas. Princípio da razoabilidade. Mínimo existencial. Princípio da vedação do retrocesso social. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais para além dos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVELÃS NUNES, António José. *Neoliberalismo e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
 BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
 Kelsen, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Tradução por Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.
 BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Campus, 1992.
 BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
 CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado Constitucional Ecológico e democracia sustentada*. In: Direitos fundamentais sociais: estudos de Direito Constitucional, Internacional e Comparado. (Org. Ingo Wolfgang Sarlet) Rio de Janeiro: Renovar, p. 493-508, 2003.
 CICCIO, Cláudio de. GONZAGA, Álvaro Luiz Travassos de Azevedo. *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. 1ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 COELHO, Fábio Ulhoa. *Direito e Poder*. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
 COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 10ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 GOMES, Luiz Flávio. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direito Penal vol. 4 – comentários à convenção Americana sobre Direitos Humanos*. 1ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo*. Tradução por Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
 JELLINEK, Georg. *Teoría General del Estado*. Argentina: Albatros, 1973.
 MORAES, Alexandre. *Direitos Humanos Fundamentais*. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
 OLIVEIRA, Fábio de. *Por uma teoria dos princípios: o princípio constitucional da razoabilidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
 PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.
 SANTOS, Marcelo de Oliveira F. Figueiredo. *Teoria Geral do Estado*. 2ª edição. São Paulo. Atlas, 2001.
 STRECK, Lenio Luiz; BOLZAN DE MORAIS, José Luis. *Ciência Política e Teoria do Estado*. 6.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
 WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 4ª edição. São Paulo. RT, 2003.

| | |
|-----------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO ROMANO | 30 C/H - 1º Período |

EMENTA

Noções preliminares. História do Direito Romano. Instituições de Direito Romano. Os sujeitos de direitos. Os bens. Os Atos Jurídicos. Defesa dos Direitos. Família, tutela e curatela. A posse e os direitos reais. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. História da Jurisprudência e da Literatura Jurídica Romana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 CRETELA JUNIOR. Curso de Direito Romano. 30ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 LUIZ, Antônio Filardi. Curso de Direito Romano. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.
 MARKY, Thomas. Curso Elementar de Direito Romano. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 ROLIM, Luiz Antonio. Instituições de Direito Romano. 2ª edição. São Paulo. RT, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAIUS. Institutas do Jurisconsulto Gaio. 1ª edição. São Paulo. RT, 2004.
 JUSTINIANUS, Flavius Petrus Sabbatius. Institutas do Imperador Justiniano. 1ª edição. São Paulo. RT, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---|----------------------------|
| FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (Antropologia e Sociologia) | 60 C/H - 1º Período |

EMENTA

A Antropologia no contexto das Ciências Sociais; a cultura segundo uma perspectiva antropológica; os métodos e as técnicas de pesquisa em antropologia. A produção social de conhecimento: saber, poder e ciência; principais problemas das Ciências Sociais. Ideologia e ciência. Perspectivas em ciências sociais e a reprodução social. A ordem, o controle social e a alienação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAZ, Franz. Antropologia Cultural. 4ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008.
 LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um Conceito Antropológico. 22ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008.
 LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. 8ª edição. São Paulo. Brasiliense, 2007.
 SABADELI, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. 4ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARCONI, Marina de Andrade. NEVES, Zélia Maria. Antropologia. 6ª edição. São Paulo. Atlas, 2005.
 REALE, Miguel. Paradigmas da Cultura Contemporânea. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------------|
| INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO CIVIL | 30 C/H - 1º Período |

EMENTA

As fontes históricas do Código Civil brasileiro. As diversas leis de Introdução ao Código Civil. Eficácia da lei no tempo e no espaço. Integração e interpretação da norma jurídica. Elementos de Conexão. A lei pessoal do domicílio: Conflitos de Nacionalidade; Adoção Internacional; Casamento; Divórcio; Expulsão; Extradicação. Doutrina das Qualificações. Estatuto da Igualdade. Sucessões. Homologação de Sentença Estrangeira. Limites à Aplicação da Lei Estrangeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SILVA, Luiz Alberto de Souza e. Direito Internacional Privado - Lei de Introdução ao Código Civil. 2ª edição. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado (Parte Geral). 5ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 1999.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo. Atlas.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Comentários à Lei de Introdução ao Código Civil. Rio de Janeiro. Freitas Bastos.

MONTORO, André Franco. Introdução a Ciência do Direito. 27ª edição. São Paulo. RT, 2008.

WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro - Introdução e Parte Geral. São Paulo. RT.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------------|
| INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I | 30 C/H - 1º Período |

EMENTA

Origem. Objeto. Finalidade. Alcance. Definição e elementos. Direito, Sociedade e Estado. Natureza e Cultura. Ciências afins ao Direito. Categorias Jurídicas. Lei e norma jurídica. Direito e Moral. Direito, Equidade e Justiça. Fontes de Direito. Norma Agendi. Fato e ato jurídicos. Direito positivo. Direito Objetivo. Direito Subjetivo. Direito Positivo e Direito Natural. Ornamento jurídico. Normas jurídicas. Fundamento de Direito. Administração da justiça. Hermenêutica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASCENSÃO, José de Oliveira. O Direito: Introdução e Teoria Geral. Rio de Janeiro. Renovar.

ANDRE, Franco Montoro. Introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 23 edição, 1999.

GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução ao Estudo do Direito. 39ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

LUIZ, Valter Corrêa. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro de Janeiro: Forense, 2 edição, 1996

REALE, Miguel. Estudos Preliminares. 1ª edição. São Paulo. RT, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Manuel A. Domingues de. Teoria Geral da Relação Jurídica. Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 8ª edição, 1995.

DINIZ, Maria Helena. As Lacunas do Direito. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

Latorre, Angel. Introdução ao Direito. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 19778.

Lima, Hermes. Introdução ao Estudo do Direito: Rio de Janeiro.: Livraria Freitas bastos, 2004.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 30ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

PAUPÉRIO, A. Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro:Editora Forense, 1992.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------|----------------------|
|-------------------|----------------------|

| | |
|---------------------------------------|----------------------------|
| LÍNGUA PORTUGUESA NO DIREITO I | 30 C/H - 1º Período |
|---------------------------------------|----------------------------|

EMENTA

A utilização expressiva do idioma. Análise e interpretação do discurso jurídico em suas modalidades escrita e oral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem Jurídica. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
DOUGLAS, William. Princípios Básicos da Argumentação Jurídica. 1ª edição. Niterói. Impetus, 2006.
HENRIQUES, Antonio. DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de Português Jurídico. 10ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem Forense. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
TOMASI, Carolina. MEDEIROS, João Bosco. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.
CALDEIRA. Latim no Direito. 5ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1996.
SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. 27ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

2º PERÍODO

| | |
|--|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO CIVIL I - Parte Geral - | 60 C/H - 2º Período |

EMENTA

Os sujeitos do Direito: as pessoas naturais e as pessoas jurídicas. Personalidade. Domicílio. Objetos do Direito: os bens jurídicos e as coisas jurídicas. Fatos Jurídicos: Negócio jurídico. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro vol.I. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil vol. 1. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO CONSTITUCIONAL II | 60 C/H - 2º Período |

EMENTA

A Teoria da Constituição como capítulo do Direito Constitucional. Princípio da supremacia da Constituição. Constituição Real x Constituição Jurídica. Constituição Semântica, Nominal e Normativa. A Força normativa da Constituição. Constituição Compromissória. Constituição Garantia. Constituição Dirigente. Outras classificações da Constituição. Controle de constitucionalidade e democracia. Mutação constitucional. Poder constituinte. Teoria da Constituição do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luiz Barroso. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CUNHA, Sérgio Sérulo da. Fundamentos de Direito Constitucional vol.2. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAVOREU, Louis. "As Cortes Constitucionais". São Paulo: Landy, 2004.
 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Curso de Direito Constitucional Brasileiro: Teoria Geral. Rio de Janeiro. Forense, 1968.
 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Direito Constitucional: Teoria da Constituição. As Constituições do Brasil. Rio de Janeiro. Forense, 1976.
 MORAES, Guilherme Peña de. Direito Constitucional: Teoria da Constituição. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2003.
 TEIXEIRA, José Horácio Merelles. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1991.

| | |
|-------------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO | 60 C/H - 2º Período |

EMENTA

Introdução à Filosofia a partir de seus três grandes paradigmas: o Ser em Platão e Aristóteles; o Sujeito moderno como cogito em Descartes e como Sujeito Transcendental em Kant; a Linguagem na fenomenologia e na Filosofia da linguagem. Conceitos fundamentais da Filosofia do Direito: Propriedade e Contrato, Justiça e Direito, Sociedade civil e Estado. As insuficiências do direito natural moderno e as origens do positivismo jurídico. Positivismo, Utilitarismo e Direito natural na Filosofia do Direito mais recente. Razão e Direito, Estado e Liberdade na era do espírito fragmentado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Plauto Faraco. Aplicação do Direito. 2ª edição. São Paulo. RT, 2000.
 BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Filosofia Política. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
 CICCIO, Cláudio de. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

CRETELA JUNIOR. Curso de Filosofia do Direito. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
NUNES, Rizzato. Manual do Filosofia do Direito. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
CHAUÍ, Marilena. Convite a Filosofia. 13 edição. Rio de Janeiro. Ática, 2003.
MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. Curso de Filosofia Política. 1ª edição. São Paulo. Atlas, 2005.
MAIA, Antonio Cavalcanti. Jürgen Habermas – Filósofo do Direito. 1ª edição. São Paulo. RT, 2008.
REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2002.
SCHNAID, David. Filosofia do Direito e Interpretação. 2ª edição. São Paulo. RT, 2004.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------|----------------------------|
| HISTÓRIA DO DIREITO | 30 C/H - 2º Período |

EMENTA

A História do Direito. Direito dos povos sem escrita. Direito dos povos da Mesopotâmia. Direito Hebreu. Direito nas Civilizações Clássicas (Grécia e Roma). Direito Medieval. O Código Inglês. O Nascimento de Portugal. Direito Português e as Ordenações: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. O Período Pombalino. As Constituições Portuguesas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.
CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
CICCO, Cláudio de. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.
KLABIN, Aracy Augusta Leme. História Geral do Direito. 1ª edição. São Paulo. RT, 2004.
MACIEL, José Fabio Rodrigues. AGUIAR, Renan. História do Direito. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS JÚNIOR, Isidoro. História do Direito Nacional. Brasília. Imprensa Nacional, 1979.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---|----------------------------|
| INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II | 30 C/H - 2º Período |

EMENTA

Relação Jurídica: direito subjetivo; dever jurídico; e, fato jurídico. Aquisição, modificação, exercício, defesa, conservação e extinção de direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRÉ, Franco Montoro. Introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 23 edição, 1999.
ASCENSÃO, José de Oliveira. Introdução a Ciência do Direito. 3ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.
FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo de Direito. 5ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
LUIZ, Valter Corrêa. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro de Janeiro: Forense, 2 edição, 1996

REALE, Miguel. Lições Preliminares do Direito. 27ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Manuel A Domingues de. Teoria Geral da Relação Jurídica. Coimbra, Livraria Almedina, 1983.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 8ª edição, 1995.

DILVANIR. Curso de Hermenêutica Jurídica. 2ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.

LATORRE, Angel. Introdução ao Direito. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 19778.

LIMA, Hermes. Introdução ao Estudo do Direito: Rio de Janeiro.: Livraria Freitas bastos, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

PAUPÉRIO, A. Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro:Editora Forense, 1992.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------------|
| LÍNGUA PORTUGUESA NO DIREITO II | 30 C/H - 2º Período |

EMENTA

Argumentação e demonstração; tipos de argumentação; figuras de linguagem; estrutura do texto jurídico; do discurso de natureza argumentativa no contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem Jurídica. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

DOUGLAS, William. Princípios Básicos da Argumentação Jurídica. 1ª edição. Niterói. Impetus, 2006.

HENRIQUES, Antonio. DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de Português Jurídico. 10ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem Forense. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

TOMASI, Carolina. MEDEIROS, João Bosco. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.

CALDEIRA. Latim no Direito. 5ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1996.

SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. 27ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------------------------|----------------------------|
| PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO | 30 C/H - 2º Período |

EMENTA

Panorama atual da Psicologia Jurídica. Caracterização da Psicologia Jurídica em suas contribuições sobre a infância e juventude. Análise das vulnerabilidades da criança, do adolescente, da mulher e da pessoa em terceira idade. O Estatuto da criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. A Violência Doméstica. Aspectos psicopatológicos e imputabilidade. A Psicologia no sistema penal. Tópicos da Psicologia relacionados ao Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Leila Maria Torraca. Temas de Psicologia Jurídica. 4ª edição. Rio de Janeiro. Relume Dumara, 2005.

GONÇALVES, Hebe Signorini (org.), BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.) Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro. NAU, 2004.

LÓPEZ, Emilio Mira Y. Manual de Psicologia Jurídica. 3ª edição. Campinas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALTOÉ, Sônia (org.) Sujeito do Direito, sujeito do desejo. Rio de Janeiro. Revinter, 1999.
 ÀRIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
 BRITO, Leila Maria Torraca. Responsabilidades: ações sócio-educativas e políticas públicas para a infância e juventude no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. UERJ, 2000.
 _____ Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família. Rio de Janeiro. Relume Dumará. UERJ, 1993.
 _____ Jovens em conflito com a lei. Rio de Janeiro. UERJ, 2000.
 MARANHÃO, Odon Ramos. Psicologia do Crime. 1ª edição. São Paulo. Malheiros, 2003.
 MIRANDA, Pontes de. À Margem do Direito – Ensaio de Psicologia Jurídica. 1ª edição. Campinas. Bookseller, 2005.
 NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo. Saraiva, 1998.
 RIGONATTI, Sérgio Paulo (Coord.). Temas de psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo. Vetor, 2003.
 SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia Clínica e Psicologia Criminal. 1ª edição. São Paulo. RT, 2007.
 ZIMERMAN, David. COLTRO, Antônio Carlos Mathias (org.). Aspectos psicológicos na prática jurídica. Campinas. Millennium, 2002.

3º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|---------------------|
| DIREITO CIVIL II (OBRIGAÇÕES) | 60 C/H - 3º Período |

EMENTA

Teoria Geral das Obrigações. Direito de Crédito. Obrigações civil e natural. Relações negociais. Do ato ilícito. Modalidades obrigacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
 FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro vol.II. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil vol. II. 21ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008
 DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
 FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil vol. 2. 30ª edição. São Paulo. Saraiva, 2002.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------|---------------|
|------------|---------------|

| | |
|------------------------------|----------------------------|
| DIREITO DO CONSUMIDOR | 30 C/H - 3º Período |
|------------------------------|----------------------------|

EMENTA

Indústria, comércio e circulação de mercadorias. Os instrumentos jurídicos de defesa do consumidor. Os órgãos de proteção ao consumidor. O consumidor frente aos órgãos jurisdicionais. Responsabilidade da empresa pelo fato do produto. Responsabilidade civil do fabricante e a defesa do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, João Batista. A Proteção Jurídica do Consumidor. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 BONATTO, Cláudio; MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Questões Controvertidas no Código de Defesa do Consumidor. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado,
 FILOMENO, José Geraldo Brito. Curso Fundamental de Direito do Consumidor. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do Consumidor – Código Comentado e Jurisprudência. 4ª edição. Niterói. Impetus, 2008.
 MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. SERRANO, Yolanda Alves Pinto. Código de Defesa do Consumidor Interpretado. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 SOARES, Ricardo Maurício Freire. A Nova Interpretação do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

| | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO CONSTITUCIONAL III | 60 C/H - 3º Período |

EMENTA

Direito Constitucional: conceito, objeto e conteúdo científico. Princípios fundamentais. Direitos e Garantias fundamentais: a Declaração de Direitos; os direitos e deveres individuais e coletivos; os direitos sociais. Direito de Nacionalidade. Direito de Cidadania. Garantias constitucionais. Organização do Estado Brasileiro: a Federação; o Governo da União; os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. A Defesa do Estado e das instituições democráticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luiz Roberto. Constituição da República Federativa do Brasil Anotada. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.
 BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. "Curso de Direito Constitucional". 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 MORAES, Alexandre. "Direito Constitucional". 24 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 SILVA, José Afonso da. "Curso de Direito Constitucional Positivo". 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 8ª edição. São Paulo. RT, 2006.

MOTTA, Sylvio. BARCHET, Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direito Constitucional. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

| | |
|------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO PENAL I | 60 C/H - 3º Período |

EMENTA

Conceito. Fontes. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Do crime. Do nexos de causalidade. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Do crime tentado. Do erro. Das causas excludentes da antijuridicidade. Tipicidade. Sujeitos e objeto. Dolo e culpa. Concurso de pessoas. Das penas. Da Suspensão Condicional da pena. Do Livramento Condicional. Concurso Formal. Concurso Material. Crime Continuado. Circunstâncias Atenuantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal vol. 1. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal vol. I. 10ª edição. Niterói. Impetus, 2008.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. 3ª edição. São Paulo. RT, 2006.

BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol.1. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO JUNIOR, Roberto, DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. 7ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.

DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal, parte geral. 2ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.

JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro Vol. 1. São Paulo. RT, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. 3ª edição. São Paulo. RT, 2006.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro vol 1. 8ª edição. São Paulo. RT, 2008.

ROXIN, Claus. Estudos de Direito Penal. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.

ROXIN, Claus. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.

| | |
|--------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| ECONOMIA POLÍTICA | 30 C/H - 3º Período |

EMENTA

Fundamentos básicos da Economia Política. Relações do Direito com a Economia. Conceitos básicos de Economia. Sistema Econômico. Livre Mercado. Equilíbrio de Mercado. A Ordem Econômica. Formas de intervenção do Estado na Economia. Defesa da Concorrência. Regulação Econômica. Integração Econômica. Globalização e interdependência econômica. Subdesenvolvimento e desenvolvimento econômico. Estrutura econômica dos sistemas de produção. Desenvolvimento Socioeconômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GALVES, Carlos. Manual de Economia Política Atual. 15ª edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política. 19ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

PAULO NETTO, José. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FEIJÓ, Ricardo. Desenvolvimento Econômico. 1ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

MASSO, Fabiano Del. Direito Econômico. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus - Elsevier, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Econômico. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.

ZYLBERSZTAJN, Décio. SZTAJN, Rachel. Direito Economia. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------------------|----------------------------|
| HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL | 30 C/H - 3º Período |

EMENTA

Brasil Colônia. Brasil Reino. Brasil Império. República Velha. Era Vargas 1930/46. Brasil de 1946 à Ditadura Militar. A redemocratização e a Constituição de 1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.

CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.

MACIEL, José Fabio Rodrigues. AGUIAR, Renan. História do Direito. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CICCO, Cláudio de. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

KLABIN, Aracy Augusta Leme. História Geral do Direito. 1ª edição. São Paulo. RT, 2004.

MARTINS JÚNIOR, Isidoro. História do Direito Nacional. Brasília. Imprensa Nacional, 1979.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------|----------------------------|
| SOCIOLOGIA JURÍDICA | 30 C/H - 3º Período |

EMENTA

Direito, Sociologia e Sociologia do Direito. Desenvolvimento da Sociologia do Direito. A Pesquisa na Sociologia do Direito. O Direito como fato social. O Direito e suas Relações com a realidade. Normas Sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI. Programa de Sociologia Jurídica. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2004.

SABADELI, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. 4ª edição. São Paulo. RT, 2008.

SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.

4º PERÍODO

| | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO CIVIL III (CONTRATOS) | 60 C/H - 4º Período |

EMENTA

Teoria Geral dos Contratos. Efeitos. Formação. Classificação. Modalidades. Compra e venda. Locação de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e Mútuo. Mandato e Gestão de Negócios. Edição e Representação dramática. Contratos agrários. Constituição de renda. Fiança. Contratos inominados. Declarações unilaterais de vontade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
 FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
 GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol.IV- tomo I. 3ª edição. São Paulo, 2007.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.III. 4ª edição. São Paulo, 2007.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008
 FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. III. 12ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. Vol.3. 30ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO CONSTITUCIONAL IV | 60 C/H - 4º Período |

EMENTA

Da organização do Estado Brasileiro. Da organização dos Poderes. O poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Diretos e Garantias Fundamentais. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Das disposições Constitucionais gerais. Dos atos das disposições constitucionais transitórias, seu conceito e finalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. "Curso de Direito Constitucional". 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 MORAES, Alexandre. "Direito Constitucional". 24 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 SILVA, José Afonso da. "Curso de Direito Constitucional Positivo". 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direito Constitucional. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------------|----------------------------|
| DIREITO EMPRESARIAL I | 60 C/H - 4º Período |

EMENTA

Noções fundamentais de comércio. Atos de comércio. Fundo de Comércio. O comércio. O comerciante e a empresa mercantil. Registro de Comércio. Obrigações Profissionais do empresário comercial. Nome Comercial. Sociedade empresária. Conceito. Disposições gerais; Sociedade simples: Contrato social, Direitos e obrigações dos sócios. Administração. Relações com terceiros. Dissolução da sociedade. Sociedade limitada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.
FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.
ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------|----------------------------|
| DIREITO PENAL II | 60 C/H - 4º Período |

EMENTA

Da Ação Penal. Das Causas extintivas de Punibilidade. Anistia, Graça e Indulto. Prescrição e Decadência. Perempção. Perdão. Da Antijuridicidade. Tipicidade. Sujeitos e objeto. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a organização do trabalho

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal vol. 2. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas, 2007.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: RT, 2008.
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro vol 2. 8ª edição. São Paulo. RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol.2. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO JUNIOR, Roberto, DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. 7ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal vol. II. 10ª edição. Niterói. Impetus, 2008.
JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro Vol. 2. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. 3ª edição. São Paulo. RT, 2006.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------------------|----------------------------|
| TEORIA GERAL DO PROCESSO | 60 C/H - 4º Período |

EMENTA

Noções introdutórias e históricas. Conflitos de interesses. A função jurisdicional. O direito Material e o Direito Processual. Institutos e princípios fundamentais de Direito Processual. Interpretação e aplicação do Direito processual. A norma processual. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria Geral do Processo. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.
GREGO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. 1. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTILHOS, Erich Bernat. Direito Processual Civil 1 Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Vol. 1. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SILVA, Ovídio A Baptista da, GOMES, Fabio. Teoria Geral do Processo Civil. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.

5º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------------|
| DIREITO CIVIL IV – (Direito das Coisas) | 60 C/H - 5º Período |

EMENTA

Introdução ao Direito das Coisas. Da posse. Da propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias; direitos reais limitados de gozo ou fruição; direitos reais de garantia; direito real de aquisição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.V. 2ª edição. São Paulo, 2008.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. IV. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008

- DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
- FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol.IV- tomo I. 3ª edição. São Paulo, 2007.
- NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
- NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
- RODRIGUES, Silvio. Direito das Coisas. Vol.5. 28ª edição. São Paulo. Saraiva, 2003.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|----------------------------|
| DIREITO EMPRESARIAL II | 60 C/H - 5º Período |

EMENTA

Visão histórica do crédito: sua evolução e importância no mundo moderno. Títulos de crédito como fator de segurança da prática creditícia. Os tipos de títulos de crédito: suas peculiaridades e seu tratamento no ordenamento jurídico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Vol. 1. 27ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
- FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
- ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------------|----------------------------|
| DIREITO FINANCEIRO | 30 C/H - 5º Período |

EMENTA

Atividade financeira do Estado. Despesa Pública. Receita Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Investimentos. Objetivos governamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CAMPOS, Dejalma. Direito Financeiro Orçamentário. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.
- HARADA, Kiyoshi. "Direito Financeiro e Tributário". 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- TORRES, Ricardo Lobo. "Curso de Direito Financeiro e Tributário". 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------|----------------------|
|-------------------|----------------------|

| | |
|--------------------------|----------------------------|
| DIREITO PENAL III | 60 C/H - 5º Período |
|--------------------------|----------------------------|

EMENTA

Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos Mortos. Crimes contra os costumes. Estupro e atentado violento ao pudor. Sedução e corrupção de menores. Rapto. Lenocínio e tráfico de mulheres. Ultraje público ao pudor. Crimes contra o casamento. Bigamia e adultério. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, a tutela ou a curatela. Crimes de perigo comum. Incêndio e explosão. Perigo de desastre ferroviário. Crimes contra a saúde pública. Tráfico ilícito e uso de drogas. Crimes contra a paz pública. Moeda falsa e crimes assimilados. Falsidade de Títulos e outros papéis públicos. Falsidade ideológica. Uso de documento falso. Supressão de documento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal vol..3. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal vol. III. 10ª edição. Niterói. Impetus, 2008.
 JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas, 2007.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol.3. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO JUNIOR, Roberto, DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. 7ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.
 JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. 3ª edição. São Paulo. RT, 2006.
 PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro vol 3. 8ª edição. São Paulo. RT, 2008.

| | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL I | 60 C/H - 5º Período |

EMENTA

Teoria Geral dos Atos Processuais. Atos de Comunicação Processual. Processo de Conhecimento. Julgamento Antecipado da Lide. Audiência Preliminar. Teoria Geral das Provas. Audiência de Instrução e Julgamento; Sentença; Coisa Julgada; Liquidação e Cumprimento da Sentença; Ação Rescisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.
 GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. 1. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Vol. 1. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.
 THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria Geral do Processo. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 BUENO, Cássio Scarpinella. Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

CASTILHOS, Erich Bernat. Direito Processual Civil 1 Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SILVA, Ovídio A Baptista da, GOMES, Fabio. Teoria Geral do Processo Civil. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|----------------------------|
| RESPONSABILIDADE CIVIL | 30 C/H - 5º Período |

EMENTA

Noções, conteúdo, definições e evolução. Teorias aplicáveis, classificação. Sujeitos. Responsabilidade de contratual e extracontratual. Responsabilidade Civil do Estado. Meios de defesa e excludentes de responsabilidade. Dano e sua liquidação. Efeitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Responsabilidade de Civil. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.IV. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

bRODRIGUES, Sílvio. Direito Civil Vol. 4. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2003.

6º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---------------------------------|----------------------------|
| DIREITO ADMINISTRATIVO I | 60 C/H - 6º Período |

EMENTA

Noções introdutórias. Direito Administrativo: conceito; princípios informativos; fontes; evolução histórica. Administração Pública. Poderes Administrativos. Organização Administrativa Brasileira. Cargos públicos. Serviço Público. Execução dos serviços públicos. Servidores Públicos. Ato Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. "Manual de Direito Administrativo". 21 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. "Direito Administrativo". 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. "Direito Administrativo". 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12ª edição. São Paulo. RT, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIOGO, Curso de Direito Administrativo. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.
 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 LAZZARINI, Álvaro. Temas de Direito Administrativo. 2ª edição. São Paulo. RT, 2003.
 MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 MORAES, Alexandre. Direito constitucional Administrativo. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
 OSORIO, Fabio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 2ª edição. São Paulo. RT, 2005.

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA) | 60 C/H - 6º Período |

EMENTA

Direito de Família: Conceito. Casamento. Regime de bens. Doações antenupciais. Do parentesco em geral. Da filiação. Reconhecimento de filhos. Da adoção. Do pátrio poder. Dos alimentos. Da tutela. Da curatela. Da ausência. Separação e divórcio. Do concubinato. Da união estável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
 FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.VI. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
 FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil Vol. 6. 28ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.

| | |
|-------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO PENAL IV | 60 C/H - 6º Período |

EMENTA

Crimes contra a administração pública. Peculato. Corrupção passiva. Prevaricação. Resistência e desobediência. Desacato. Corrupção ativa. Contrabando e descaminho. Denúncia caluniosa. Falso testemunho e falsa perícia. Exercício arbitrário das próprias razões. Favorecimento pessoal e real. Exercício arbitrário ou abuso de poder. Exame geral da legislação penal extravagante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal vol..3 e 4. 8ª e 2ª edições. São Paulo. Saraiva, 2007.
 JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo: Atlas, 2007.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: RT, 2008.
 PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. 8ª edição. São Paulo. RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol.4 e 5. 2ª e 1ª edições. São Paulo. Saraiva, 2006 e 2007.

COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

COSTA JUNIOR, Paulo José, PELLEGRINI, Angiolo. Criminalidade Organizada. 2ª edição. Atlas, 2008.

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO JUNIOR, Roberto, DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. 7ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal vol. III. 10ª edição. Niterói. Impetus, 2008.

JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. 3ª edição. São Paulo. RT, 2006.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Econômico. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.

RAMAYANA, Marcos. Leis Especiais Comentadas. Niterói, Impetus, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------------|----------------------------|
| DIREITO EMPRESARIAL III | 60 C/H - 6º Período |

EMENTA

Falência; Recuperação Judicial; Recuperação Extra Judicial. Os crimes falimentares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. 24ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Falimentar. São Paulo. Saraiva, 2008.

ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------------------|----------------------------|
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL II | 60 C/H - 6º Período |

EMENTA

Sistema de Recurso no Processo Civil. Relação Processual no Processo de Execução. Rito do Processo de Execução. Embargos do Executado. Extinção e Suspensão do Processo de Execução. Insolvência Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

GREGO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. 2. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Vol. 2. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-----------------------------|----------------------------|
| DIREITO TRIBUTÁRIO I | 60 C/H - 6º Período |

EMENTA

Direito tributário. Os tributos. O sistema tributário e a competência tributária na Constituição Federal. Fontes do Direito tributário. Obrigação tributária. Sujeitos da relação jurídica tributária. Crédito tributário. O código tributário nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Paulo de Barros. "Curso de Direito Tributário". 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. 19ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário. 9ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

FABRETTI, Lúdio Camargo. Código Tributário Nacional Comentado. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. "Curso de Direito Financeiro e Tributário". 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARADA, Kiyoshi. "Direito Financeiro e Tributário". 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PESTANA, Marcio. A Prova no Processo Administrativo – Tributário. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

7º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------------|----------------------------|
| DIREITO ADMINISTRATIVO II | 60 C/H - 7º Período |

EMENTA

Contrato Administrativo. Licitação. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Bens Públicos. Controle da Administração Pública. Processo Administrativo. Responsabilidade Civil do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. "Manual de Direito Administrativo". 21 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. "Direito Administrativo". 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. "Direito Administrativo". 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12ª edição. São Paulo. RT, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIOGO, Curso de Direito Administrativo. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.
 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 LAZZARINI, Álvaro. Temas de Direito Administrativo. 2ª edição. São Paulo. RT, 2003.
 MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 MORAES, Alexandre. Direito constitucional Administrativo. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
 OSORIO, Fabio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 2ª edição. São Paulo. RT, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------------|----------------------------|
| DIREITO CIVIL VI (SUCESSÕES) | 60 C/H - 7º Período |

EMENTA

Direito das sucessões: evolução e conceito; princípios e natureza jurídica. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Cláusulas testamentárias. Direito de acrescer. Inventário. Partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
 FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.VII. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
 FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil Vol. 7. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2003.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------------|----------------------------|
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL III | 60 C/H - 7º Período |

EMENTA

Teoria Geral do Processo Cautelar. Procedimento Cautelar. Procedimentos Cautelares Específicos. Outras Medidas Provisionais e Tutela Antecipada. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre de Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.
 GREGO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. 3. 18ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.
 SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Vol. 3. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 50ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-----------------------------------|----------------------------|
| DIREITO PROCESSUAL PENAL I | 60 C/H - 7º Período |

EMENTA

Disposições preliminares. Do Inquérito Policial. Prisão provisória. Da ação penal. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais. Da Instrução Criminal. Das provas. Juiz, ministério Público, acusado e Defensor. Assistentes e auxiliares da justiça. Prisão. E liberdade provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edílson Mougnot. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo. Atlas, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 1 e 2. São Paulo. Saraiva, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2001.
 BONFIM, Edílson Mougnot. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo. RT, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. RT, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado -2 vols. São Paulo. Saraiva, 2008.

8º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------|----------------------------|
| DIREITO AMBIENTAL | 60 C/H – 8º Período |

EMENTA

Noções Preliminares. Aspectos Jurídico-Constitucionais: o tema nas Constituições Brasileiras. A legislação federal e estadual. A Ação Civil Pública. Sistema nacional do Meio Ambiente. Urbanismo e Meio Ambiente. Instrumentos de Participação da Comunidade na Defesa Ambiental. Responsabilidade e Reparação pelo dano Ambiental. Jurisprudência. Histórico do Direito Ambiental Internacional. Direito Comparado. As conferências internacionais sobre meio-ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.
 CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de Direito Ambiental. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Tutela Constitucion9nal do Meio Ambiente. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. A Propriedade no Direito Ambiental. 3ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, FERREIRA, Renata Marques. Direito Ambiental Tributário. São Paulo. Saraiva, 2005.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do Direito Processual Ambiental. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 SISTER, Gabriel. Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------------|----------------------------|
| DIREITO DO TRABALHO I | 60 C/H - 8º Período |

EMENTA

Noções introdutórias. Contrato individual de trabalho. O Empregado. O Empregador. Regulamentação do trabalho: duração; salário; medicina, segurança, acidentes e nacionalização do trabalho; o trabalho do menor e da mulher. Disciplina legal do contrato individual do trabalho: modalidades; remuneração; alteração; extinção; suspensão e interrupção; estabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Maurício Godinho. "Curso de Direito do Trabalho". 8 ed. São Paulo: LTr, 2009.
 MARTINS, Sergio Pinto. "Direito do Trabalho". 25 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. "Curso de Direito do Trabalho". 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 ROMITA, Arion. Despedida Arbitrária e Discricionária. Rio de Janeiro. Forense, 2008.
 SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentim. Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho. 33ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. 11ª edição. São Paulo. Atlas, 2006

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------------------|----------------------------|
| DIREITO PROCESSUAL PENAL II | 60 C/H - 8º Período |

EMENTA

Das questões e Processos Incidentes. Aspectos da prova no Processo Penal. Dos atos de comunicação. Dos processos em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edílson Mougnot. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo. Atlas, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 1 e 2. São Paulo. Saraiva, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2001.
 BONFIM, Edílson Mougnot. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2008.

CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo. RT, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. RT, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado -2 vols. São Paulo. Saraiva, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------------|----------------------------|
| DIREITO TRIBUTÁRIO II | 60 C/H - 8º Período |

EMENTA

Sistema Tributário Nacional. Teoria do Tributo. Tutela Jurídica Tributária. Princípios constitucionais tributários. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Normas gerais de direito Tributário. Direito Tributário Penal. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Tributos Federais, Estaduais e Municipais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Paulo de Barros. "Curso de Direito Tributário". 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. 19ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário. 9ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 FABRETTI, Lúdio Camargo. Código Tributário Nacional Comentado. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 TORRES, Ricardo Lobo. "Curso de Direito Financeiro e Tributário". 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARADA, Kiyoshi. "Direito Financeiro e Tributário". 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 PESTANA, Marcio. A Prova no Processo Administrativo – Tributário. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---|----------------------------|
| METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA | 30 H/A - 8º Período |

EMENTA

A produção de conhecimento jurídico. A pesquisa jurídica como mecanismo de renovação da teoria do Direito. A pesquisa jurídica como elemento de sintonia entre a Ciência do Direito e a sociedade. Instrumental teórico-metodológico. O conhecimento como compreensão e transformação da realidade. Pesquisa científica: conceito. Paradigmas. Instrumental teórico para elaboração de trabalhos acadêmicos. A lógica da concepção e construção do projeto de pesquisa. Normas da ABNT para apresentação de relatórios acadêmicos, referências e citações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa Jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
 BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.
 BOAVENTURA, Edivaldo. Metodologia da Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.
 MONTEIRO, Cláudia Sevilha; MEZZARROBA, Orides. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2008.
 SANTOS, Izequias Estevam dos. Métodos técnicas de Pesquisa Científica. Niterói, Impetus, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------------|
| ÉTICA PROFISSIONAL (Deontologia Jurídica) | 30 H/A - 8º Período |

EMENTA

Discussão da ética através de uma visão histórica que contempla as principais correntes do pensamento filosófico, ressaltando a importância da ética como elemento indispensável nas reflexões e na atuação do homem no Mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADRUDATO, João Maurício. Ética e Retórica: para uma teoria dogmática jurídica. São Paulo. Saraiva, 2006.
 LANGARU, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica. São Paulo. Saraiva, 2006.
 MADEU, Diógenes. Ética geral e Jurídica. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MADEIRA, Hécio Maciel França. História da Advocacia. São Paulo. RT, 2002.
 ILHERING, Rudolf Von. A Luta pelo Direito. 4ª edição. São Paulo. RT, 2004.

9º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|----------------------------|
| DIREITO DO TRABALHO II | 60 C/H - 9º Período |

EMENTA

Direito Coletivo do Trabalho: organização sindical; convenção coletiva; dissídios coletivos; greve. Direito Internacional do trabalho. Direito Administrativo do Trabalho. A Previdência Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentim. Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho. 33ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 DELGADO, Maurício Godinho. "Curso de Direito do Trabalho". 8 ed. São Paulo: LTr, 2009.
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. "Curso de Direito do Trabalho". 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 ROMITA, Arion. Despedida Arbitrária e Discricionária. Rio de Janeiro. Forense, 2008.
 SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Sergio Pinto. "Direito do Trabalho". 25 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------------|----------------------------|
| DIREITO PENAL MILITAR | 60 C/H - 9º Período |

EMENTA

Noções introdutórias. Aplicação da lei penal militar. Crime Militar. Concurso de Agentes. Penas. Medidas de Segurança. Ação Penal-Militar. Extinção da punibilidade. Dos crimes militares em tempo de paz. Dos crimes militares em tempo de guerra.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito Penal Militar. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.
 LOBÃO, Célio. Direito Penal Militar. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.
 LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito Penal Militar. São Paulo: Atlas, 2002.
 NEVES, Cícero Robson Coimbra, STREIFINGER, Marcello. Apontamentos de Direito Penal Militar. São Paulo. Saraiva, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------|-----------------------------|
| DIREITO ELEITORAL | 60 C/H - 10º Período |

EMENTA

Noções introdutórias. Direito de sufrágio. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Processo Eleitoral Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Roberto, CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Manual das Eleições. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.
 POZZO, Antonio Araldo F. Dal, BOTTALLO, Eduardo Domingos, PORTO, Pedro Paulo de Rezende. Lei Eleitoral – Lei n. 9504/97. Estrutura Análise e Jurisprudência. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.
 RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. Niterói: Impetus, 2008.
 SPITZCOVSKY, Celso, MORAES, Fábio N. Soares de. Direito Eleitoral. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. 17ª edição. Rio de Janeiro. Campos-Elsevier, 2007.
 CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.
 PINTO, Djalma. Direito Eleitoral. Atlas, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------------|----------------------------|
| DIREITO PROCESSUAL PENAL III | 60 C/H - 9º Período |

EMENTA

Recursos em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo. Atlas, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 1 e 2. São Paulo. Saraiva, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONFIM, Edílson Mougenot. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
 MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo. Saraiva, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo. RT, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. RT, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado -2 vols. São Paulo. Saraiva, 2008.

10º PERÍODO

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---|-----------------------------|
| DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR | 60 C/H - 10º Período |

EMENTA

Noções introdutórias. Aplicação da lei processual penal militar. Polícia Judiciária Militar. Inquérito Policial-Militar. Do processo penal militar em geral. Da deserção. Da insubmissão. Nulidades. Recursos. Da execução. Organização Judiciária Militar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito Processual Penal Militar. São Paulo. Atlas, 2009.
 LOBÃO, Célio. Direito Processual Penal Militar. São Paulo. Método, 2008.
 LOUREIRO NETO, José da Silva. Lições de Processo Penal Militar. São Paulo: Atlas, 2000
 MIGUEL, Cláudio Amin; COLDIBELLI, Nélon. Elementos de Direito Processual Penal Militar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
 SABATOVSKI, Emílio. Código Penal e Processual Penal Militar. Curitiba: Juruá, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------------------|-----------------------------|
| DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO | 60 C/H - 10º Período |

EMENTA

Sociedade internacional; Evolução histórica do direito internacional público; As fontes do direito internacional público; Os sujeitos internacionais (Estados soberanos e Organizações internacionais); Meios de representação; Poder jurisdicional do Estado; Território estatal; Meios de solução de conflitos internacionais; Sanções internacionais; Segurança coletiva; Direito de guerra e neutralidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BREGALDA, Gustavo. Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado. 2ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 GOUVEIA, Jorge Bacelar. Manual de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.
 MATTOS, Adherbal Meira. Direito Internacional Público. 3ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.
 MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.
 PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de Direito Internacional Público. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, José Souto Maior. Curso de Direito Comunitário. São Paulo. Saraiva, 2005.
 DALLARI, Pedro B. A. Constituição e Tratados Internacionais. São Paulo. Saraiva, 2003.
 GONÇALVES, Joanisval Brito. Tribunal de Nuremberg – 1945-1946. A Gênese de uma Nova Ordem no Direito Internacional. 2ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.
 SOARES, Denise de Souza, DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Penal – Tratados e Convenções. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.

| | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO | 60 C/H - 10º Período |

EMENTA

Direito Processual do Trabalho. Jurisdição. Competência nos processos Trabalhistas. Das ações trabalhistas. Dos dissídios individuais. Da audiência e suas fases. Dos recursos trabalhistas. Do processo de execução. Da extinção do processo e seu encerramento. Dos Dissídios Coletivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FÉRES, Marcelo Andrade, CARVALHO, Paulo Gustavo M. São Paulo. Saraiva, 2006.
 GIGLIO, Wagner D., CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho. 16ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 MARTINS FILHO, Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. 17ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 28ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIGLIO, Wagner D, Justa Causa. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2000.

DISCIPLINAS ELETIVAS DE ESPECIALIZAÇÃO. EM DIREITO EMPRESARIAL.

| | |
|--------------------|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| AGRONEGÓCIO | C/H - Período |

EMENTA

A construção do conceito de agribusiness. A visão sistêmica. Estrutura e dimensão do agribusiness. A importância do agronegócio na economia brasileira: desempenho e crescimento. Especificidades da produção agroalimentar. Segmentos dos sistemas agroindustriais: segmentos antes, dentro e depois da porteira. Setores ligados ao agronegócio. Novos enfoques para a organização da produção agroindustrial. Sistemas agroindustriais, complexos agroindustriais, cadeias de produção agroindustriais, agribusiness e desenvolvimento regional, agropolos, clusters. Perfil da oferta e da demanda por recursos humanos para o agronegócio brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, M.J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo. Atlas, 2007.
 CALLADO, A. A. C. Agronegócio. São Paulo. Atlas, 2008.
 MENDES, J. T. G., PADILHA JUNIOR, J. B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo. Makron Books, 2007.
 QUEIROZ, T. R., ZUIN, L. F. S. Agronegócio: gestão e inovação. Rio de Janeiro. Saraiva, 2006.
 SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. São Paulo. Unicamp, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOTLER, P. Administração de Marketing. São Paulo. Pearson Ed., 2003, p.768.
 MEGIDO, J.L.T. & XAVIER, C. Marketing & Agribusiness. São Paulo. Atlas, 1994, p. 202.

NEVES, M. F. & CASTRO, L.T. Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo. Atlas, 2007.

NORONHA, J. F. Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidades econômica. São Paulo. Atlas, 1987.

ROSS, S., WESTERFIELD, R. W., JAFFE, J.F. Administração financeira. São Paulo. Atlas, 2002.

TUNG, N.H. Planejamento e controle financeiro das empresas agropecuárias. São Paulo. Universidade-Empresa, 1990.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---|----------------------|
| DIREITO DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA | C/H - Período |

EMENTA

Tem por finalidade estudar a incidência da tributação e operacionalidade da pequena e média empresas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Vol.1. São Paulo. Saraiva, 2002.

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

REQUIÃO, Rubens Curso de Direito Comercial. Vol. 1. 27ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------|
| DIREITO INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO | C/H - Período |

EMENTA

Tem por finalidade estudar, dentro de uma visão científica e sistemática, os blocos econômicos. Comunidade Européia e o Mercosul. A concorrência desleal, a proibição ao abuso de posição dominante e o dumping.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSTANTINESCO, Leontin-Jean. Tratado de Direito Comparado. Rio de Janeiro. Renovar, 1998.

DANTAS, Ivo. Direito Constitucional Comparado. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.

MORALES, Mirta. Un Estudio Comparativo de la Protección Legislativa del consumidor em el Âmbito Interno de Los Países del Mercosur.

REIS, Márcio Monteiro. Mercosul, União Européia e Constituição. Rio de Janeiro. Renovar, 2001.

MATTOS, Adherbal Meira. Direito das Organizações Internacionais e Direito de Integração. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------|----------------------|
| | |

| | |
|----------------------------------|----------------------|
| DIREITO DO TERCEIRO SETOR | C/H - Período |
|----------------------------------|----------------------|

EMENTA

As entidades do Terceiro Setor. Associações. Fundações. Registros e obrigações fiscais. Obrigações trabalhistas. Utilidade pública e outros títulos. Financiamentos. Legislação aplicável ao Terceiro Setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21ª edição. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2009.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira (Organizadora). O Novo Direito Administrativo Brasileiro: o Estado, as Agências e o Terceiro Setor. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2003.
 SZAIZI, Eduardo. Terceiro Setor: Regulação no Brasil. São Paulo. Fundação Peirópolis, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRETELLA JÚNIOR, José. Administração Indireta Brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1987.
 DIOGO, Curso de Direito Administrativo. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.
 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

| | |
|-------------------------------|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO PREVIDENCIÁRIO | C/H - Período |

EMENTA

Noções gerais. Relacionamento com outros ramos do Direito. A questão da responsabilidade do Poder Público. Estrutura atual da Previdência Social Brasileira. Segurados. Dependentes. Benefícios e serviços. Custeio. Acidente de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves, CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de Direito da Seguridade Social. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 GONÇALVES, Ionas Deda. Direito Previdenciário. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MIRANDA, Jediael Galvão. Direito da Seguridade Social. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.
 OLIVEIRA, Lamartino França. Direito Previdenciário. 2ª edição. São Paulo. RT, 2006.
 TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de Direito da Seguridade Social. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Antonio Lopes. Crimes contra a Previdência Social. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2003.

| | |
|-------------------------|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| EMPREENDEDORISMO | C/H - Período |

EMENTA

Definição, características e aspectos de um plano de negócios. Técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades. Como desenvolver novas idéias de negócios. As forças mais importantes na criação de uma empresa. Principais características e perfil do empreendedor. Aquisição e gerenciamento dos recursos necessários ao negócio. Análise da importância da visão do futuro e quebra de paradigmas. Estudo de metodologias que priorizam técnicas de criatividade e da aprendizagem pró-ativa possibilitando a inovação em novos produtos e serviços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARON, Robert A., SHANE, Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo. Thomson, 2006.
 DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro. Campus, 2005.
 DORNELAS, José Carlos Assis. . Empreendedorismo Corporativo. Rio de Janeiro. Campus, 2008.
 DRUCKER, Peter. Inovação e espírito Empreendedor. São Paulo. Thompson, 2005.
 MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLEGG, Brian., BIRCH, Paul., BAHR, Ruth Gabriela. Criatividade: modelos e técnicas para geração de idéias e inovação em mercados altamente competitivos. São Paulo. Pearson, 2000.
 DOLABELA, Fernando. O segredo de Luisa. São Paulo. Cultura Editores Associados, 1999.
 PAIXÃO, Regina. O empreendedorismo e suas características. Espírito Santo. Sebrae, 2006.
 ROBBINS, Stephen. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo. Saraiva, 2000.
 SEBRAE SP. Onde estão as micro e pequenas empresas no Brasil. São Paulo. Sebrae SP, 2006.
 SOUZA, Eda Castro Lucas de., GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Empreendedorismo: além do plano de negócios. São Paulo. Atlas, 2005.

DISCIPLINAS ELETIVAS DE ESPECIALIZAÇÃO. EM DIREITO AMBIENTAL.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|------------------------|----------------------|
| DIREITO AGRÁRIO | C/H - Período |

EMENTA

Conceito, definição, fontes, autonomia e sua classificação dentro da ciência do Direito; revisão do sistema jurídico e legal brasileiro quanto ao domínio e à posse da terra. Histórico político, jurídico e institucional do Sistema Nacional da Colonização e ocupação do território; histórico político da formação fundiária; histórico legislativo regulador da colonização; órgãos executores. Histórico da reforma agrária. A sesmaria como forma de ocupação. A Lei nº 601/1850 e a reforma agrária. A função social da propriedade. Constituição de 1946 e 1988. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história. Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64) e o Decreto 59.566/66. O regulamento do estatuto da Terra. Módulo rural. Propriedade rural. Usucapião rural. Das ações agrárias no Código de Processo Civil. Rito. Requisitos e procedimentos. Contratos agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos. Arrendamento rural. Desenvolvimento rural. Proteção à economia. Política de tributação fundiária. Fatores determinantes. Análise da situação conjuntural no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988.

ESTATUTO DA TERRA. Coleção Saraiva de Legislação.
 OPTIZ, Oswaldo, OPTIZ, Silva C. B. Curso completo de Direito Agrário. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 RIBEIRO, Benedito Silvério. Tratado de Usucapião. 2 vols. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 SCAFF, Fernando Campos. Teoria geral do estabelecimento agrário. São Paulo. RT, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Paulo Torminn. Institutos básicos do direito agrário. São Paulo. Saraiva, 1996.
 FERREIRA, Pinto. Curso de direito agrário. São Paulo. Saraiva, 1995.
 LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. Direito Agrário. Rio de Janeiro. Renovar, 1997.
 OLIVEIRA, Juarez de. Estatuto da terra. São Paulo. Saraiva, 1987.
 VASCONCELOS, Alfredo. Dos contratos agrícolas e pecuários. São Paulo. Saraiva, 1992.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------|----------------------|
| DIREITO DOS ANIMAIS | C/H - Período |

EMENTA

Direito dos Animais. Histórico e posição enciclopédica. O antigo, tradicional *status* jurídico e moral dos animais não-humanos: o animal não-humano como coisa, objeto; pré-compreensões, inconsistências, esgotamento. Especismo: histórico, práticas; religião, legislação, cultura. A erosão do antropocentrismo. Bioética e Biodireito. Biocentrismo, ecocentrismo. O novo *status* jurídico e moral dos animais não-humanos: sujeitos de direito, agentes morais. Teorias: critérios, classificações; consensos e dissensos. Bem-estarismo e abolicionismo. O Direito dos Animais no Brasil: legislação, doutrina, jurisprudência. Direito Comparado e Direito Internacional. A Ecologia Profunda. Perspectivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Frabris, 2008.
 SINGER, Peter. Liberdade animal. Tradução por Marly Winckler. Revisão por Rita Leal Paixão. Porto Alegre, São Paulo. Lugano, 2004.
 REGAN, Tom. Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais. Tradução por Regina Rheda. Revisão por Sônia Felipe e Rita Pauxão. São Paulo. Lugano, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, Edna Cardozo. A Tutela Jurídica dos Animais. Belo Horizonte. Mandamentos, 2000.
 FELIPE, Sônia T. Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: UFSC, 2007.
 FELIPE, Sônia T. Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: UFSC, Fundação Boiteux, 2003.
 LEVAL, Laerte Fernando. Direito dos Animais. 2º ed. Campos do Jordão. Mantiqueira, 2004.
 MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Thiago. (orgs.) A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária. Belo Horizonte. Fórum, 2008.
 RODRIGUES, Danielle Tetü. O Direito & os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa. Curitiba: Juruá, 2008.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------|
| DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL | C/H - Período |

EMENTA

Meio Ambiente. Instrumentos de Participação da Comunidade internacional na Defesa Ambiental. Responsabilidade e Reparação pelo dano Ambiental. Jurisprudência internacional. Histórico do Direito Ambiental Internacional. Direito Comparado. As conferências internacionais sobre meio-ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.
 CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de Direito Ambiental. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Tutela Constitucional do Meio Ambiente. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. A Propriedade no Direito Ambiental. 3ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, FERREIRA, Renata Marques. Direito Ambiental Tributário. São Paulo. Saraiva, 2005.
 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do Direito Processual Ambiental. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------|----------------------|
| DIREITO FLORESTAL | C/H - Período |

EMENTA

Política florestal: histórico, evolução, conceitos. A política florestal e seus instrumentos. Funções e administração das florestas. Legislação florestal e correlata. Materialização das políticas florestais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Osni Duarte. Direito Florestal Brasileiro. Rio de Janeiro. Borsoi, 1950.
 SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo. Saraiva, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------------|----------------------|
| DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL | C/H - Período |

EMENTA

Conflitos de interesses. A função jurisdicional. O Direito Processual. Institutos e princípios fundamentais de Direito Processual. Interpretação e aplicação do Direito processual. A norma processual. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria Geral do Processo. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
 GREGO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. 1. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. Vol. 1. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil. Vol. 1. 25ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual civil. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTILHOS, Erich Bernat. Direito Processual Civil 1 Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SILVA, Ovídio A Baptista da, GOMES, Fabio. Teoria Geral do Processo Civil. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------|----------------------|
| DIREITO URBANÍSTICO | C/H - Período |

EMENTA

Tem por objetivo estudar a urbanização de nossas cidades. Urbanismo e Meio Ambiente. A participação da comunidade na defesa do ambiente urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Manual de Direito Ambiental. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Tutela Constitucio9nal do Meio Ambiente. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. A Propriedade no Direito Ambiental. 3§ edição. São Paulo. RT, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, FERREIRA, Renata Marques. Direito Ambiental Tributário. São Paulo. Saraiva, 2005.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Princípios do Direito Processual Ambiental. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

SISTER, Gabriel. Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------------------|----------------------|
| HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS | C/H - Período |

EMENTA

A historicidade das idéias políticas. Princípios com origem nos pensadores clássicos. Política como lugar de luta, resistência e combate, ora como instrumento de viabilização da justiça, do bem-comum e da dignidade humana. Política como meio de articulação, comprometida com a gestão do conhecimento democrático e participativo. As liberdades Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOGUEIRA, Alberto. Sistemas Judiciais das Liberdades Públicas. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.
SALDANHA, Nelson. Secularização e Democracia. Rio de Janeiro. Renovar, 2003.
WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução à História do Pensamento Político. Rio de Janeiro. Renovar, 2003.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|----------------------|
| POLÍTICA INTERNACIONAL | C/H - Período |

EMENTA

Políticas de migrações e o futuro dos direitos humanos. Políticas públicas e reflexões sobre o conceito jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu, MALATIAN, Teresa. Políticas Migratórias. Rio de Janeiro. Renovar, 2003.
BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas. São Paulo. Saraiva, 2007.
REALE, Miguel. Política de Ontem e de Hoje. São Paulo. Saraiva, 1978.
REALE, Miguel. Política e Direito. São Paulo. Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------------|----------------------|
| DIREITO DOS TRANSPORTES | C/H - Período |

EMENTA

O direito dos transportes. Legislação Nacional, Internacional e Comunitária – jurisprudência Nacional e Comunitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Nuno Manuel Castelo-Branco. Direito dos Transportes. Coimbra. Livraria Almedina, 2004
CREMONESE, Paulo Henrique. Direito Marítimo: O contrato de transporte de carga e a responsabilidade civil do transportador. São Paulo. Editora Quartier Latin, 2008.
OLIVEIRA, Ricardo. Direito dos transportes – ferroviários. São Paulo. Saraiva, 2008.

| | |
|-----------------------|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| MEDICINA LEGAL | C/H - Período |

EMENTA

Conceito, importância e relação com as demais ciências médicas e jurídicas. Perícias e peritos. Psicologia Forense. Psiquiatria clínica e psiquiátrica Forense. Psicoses Infectuosas. Psicoses devidas a sífilis. Psicoses exotoxinas. Psicoses por lesões cerebrais. Oligofrências. Epilepsias. Esquizofrenias. Psicose maníaca depressiva. Psicoses mistas. Periculosidade dos doentes e dos deficientes mentais. Conceito e importância da Psicologia Judiciária. Depoimento infantil, de velhos, de Doentes mentais, de oligofrênicos e de morinbundos. Mitomania e citatimia. À confissão. A acareação. À reconstrução do crime. Traumatologia forense. Os diferentes tipos de lesões. Asfixias. Esganadura. Afofamento. Aborto sob o ponto de vista médico-jurídico. Perícias. Sedução e estupro. Gravidez, Parto e puerpério. Investigação da paternidade. Casamento e impedimentos matrimoniais. Infanticídio. Causa Jurídica da morte. Homicídio, suicídio e acidentes. Tanatologia forense. Data da morte. Lesões em vida e alterações depois da morte. Relações vitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2008.
 CROCE, Delton, CROCE JUNIOR, Delton. Manual de Medicina Legal. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.
 DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. Medicina Legal. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 GOMES, Hélio. Medicina Legal. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 2004.
 FRANÇA. Medina Legal. 8ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

| | |
|----------------------------|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO IMOBILIÁRIO | C/H - Período |

EMENTA

Estuda a lei que rege as locações prediais urbanas e as incorporações de imóveis. Os incentivos para a manutenção ou conservação do patrimônio público imobiliário pelo poder público ou pela iniciativa privada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. São Paulo. Saraiva, 2001.
 SALLES, Venício Antônio de Paula. Direito Registral Imobiliário. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 DINIZ, Maria Helena. Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

| | |
|--------------------------------------|----------------------|
| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
| DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO | C/H - Período |

EMENTA

Elementos de conexão. Conflitos de Nacionalidade. Adoção Internacional. Teoria do Retorno ou devolução. Renúncia. Casamento. Divórcio. Expulsão. Extradicação. Doutrina das Qualificações. Esta-

tuto da Igualdade. Sucessões. Homologação de sentença Estrangeira. Limites à Aplicação da Lei Estrangeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Amílcar. Direito Internacional Privado. 6ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.
 DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
 DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.
 RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado. 11ª edição. São Paulo. Samaria, 2008.
 AMORIM. Direito Internacional Privado. 6ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2006.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|-------------------|----------------------|
| BIODIREITO | C/H - Período |

EMENTA

A ética ligada às ciências da vida e da saúde. Temas básicos de bioética. A pessoa humana. Doações, pesquisas e transplantes. Procriação assistida. A engenharia genética. Aspectos legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COHEN, Cláudio, GARCIA, Maria. Questões de Bioética Clínica. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.
 GUERRA, Artur Magno e Silva. Biodireito e Bioética uma Introdução Crítica. Rio de Janeiro. Ed. América Jurídica, 2005.
 DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. 5ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------------|----------------------|
| DIREITO DO PETRÓLEO E GÁS | C/H - Período |

EMENTA

Analisar as transformações recentes da indústria petrolífera brasileira. Os consórcios da exploração e produção (ups-stream). O quadro institucional, histórico e econômico do petróleo. Aspectos jurídicos relativos à exploração e produção, questões contratuais referentes ao gás natural, distribuição e revenda de derivados, regulação, contratos entre partes privadas, governança corporativa, aspectos tributários, direito da concorrência, solução de controvérsias e as implicações jurídicas derivadas da exploração de petróleo e dos seus impactos ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Direito do Petróleo – As Joint Ventures na Indústria do Petróleo. Rio de Janeiro. Renovar, 2003.
 ROSADO, Marilda. Estudos e Pareceres direito do Petróleo e Gás. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR | C/H - Período |

EMENTA

Processo e Sindicância Administrativa. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
 GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
 MEDAVAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIOGO, Curso de Direito Administrativo. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2005.
 LAZZARINI, Álvaro. Temas de Direito Administrativo. 2ª edição. São Paulo. RT, 2003.
 MEDAVAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2ª edição. São Paulo. RT, 2008.
 MORAES, Alexandre. Direito constitucional Administrativo. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
 OSORIO, Fabio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 2ª edição. São Paulo. RT, 2005.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|--------------------------------|----------------------|
| PROPRIEDADE INTELECTUAL | C/H - Período |

EMENTA

Direitos do autor: morais e patrimoniais. Obras intelectuais e sua utilização. Direitos conexos. Fiscalização e penalidades. As legislações e o sistema da Constituição de 1988. As empresas brasileiras e a proteção intelectual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEAS, Edson, Polido, Fabrício. Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.
 GOYANES, Marcelo. Tópicos em Propriedade Intelectual marcas, direitos autorais, designs e pirataria. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.
 SANTOS, Manuel J. Pereira dos, JABUR, Wilson Pinheiro. Propriedade Intelectual. Contratos de propriedade industrial e novas tecnologias. São Paulo. Saraiva, 2007.
 SANTOS, Manuel J. Pereira dos, JABUR, Wilson Pinheiro. Propriedade Intelectual. Criações industriais, segredos de negócios e concorrência desleal. São Paulo. Saraiva, 2007.
 SANTOS, Manuel J. Pereira dos, JABUR, Wilson Pinheiro. Propriedade Intelectual. Sinais distintivos e tutela judicial e administrativa. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Autoral. Rio de Janeiro. Renovar, 1998.
 INSTITUTO DANNEMANN. Comentários à Lei da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.
 INSTITUTO DANNEMANN. Legislação sobre a Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.

| DISCIPLINA | CARGA HORÁRIA |
|---|----------------------|
| LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) | C/H - Período |

EMENTA

Em consonância com as diretrizes educacionais vigentes de educação inclusiva e com o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, essa disciplina objetiva promover o contato e a familiarização dos alunos com a cultura e a educação dos surdos, bem como promover conhecimentos sobre a aquisição e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Ementa de acordo com a Deliberação nº 011, de 11 de fevereiro de 2009, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ.

ANEXO II

ANEXO II

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE PRÁTICA

NPJ 001 - Prática Simulada em Direito Civil (90 h/a)

CO-REQUISITO: Direito Civil V

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades na área de Direito Civil. O estágio supervisionado poderá ser realizado na UFRRJ, em outras Instituições de Ensino Superior, em Instituições não acadêmicas e empresas públicas e privadas, legalmente constituídas, devidamente conveniadas com a UFRRJ, e de atuação social/profissional reconhecida pela Coordenação do Curso.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico e um Orientador Corporativo quando o estágio realizar-se em outra Instituição. O Orientador Acadêmico será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso. O Orientador Corporativo será indicado pela instituição em que o aluno realizar o estágio, e será cadastrado na Coordenação do Curso.

O Colegiado de cada Curso de Graduação deverá estabelecer normas que orientarão os estágios supervisionados do curso, em consonância com as normas gerais de estágios da UFRRJ.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão do estágio, o aluno redigirá relatório detalhado e encaminhará cópia aos orientadores e à Coordenação do NPJ do Curso. Os orientadores emitirão parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprovação, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 002 - Prática Simulada em Direito Administrativo (60 h/a)

CO-REQUISITO: Direito Administrativo II

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades na área Direito Administrativo. O estágio supervisionado poderá ser realizado na UFRRJ, em outras Instituições de Ensino Superior, em Instituições não acadêmicas e empresas públicas e privadas, legalmente constituídas, devidamente conveniadas com a UFRRJ, e de atuação social/profissional reconhecida pela Coordenação do Curso.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico e um Orientador Corporativo quando o estágio realizar-se em outra Instituição. O Orientador Acadêmico será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso. O Orientador Corporativo será indicado pela instituição em que o aluno realizar o estágio, e será cadastrado na Coordenação do Curso.

O Colegiado de cada Curso de Graduação deverá estabelecer normas que orientarão os estágios supervisionados do curso, em consonância com as normas gerais de estágios da UFRRJ.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão do estágio, o aluno redigirá relatório detalhado e encaminhará cópia aos orientadores e à Coordenação do NPJ do Curso. Os orientadores emitirão parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprova-

ção, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 003 - Prática Simulada em Direito Penal (60 h/a)

CO-REQUISITO: Direito Processual Penal II

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades na área de Direito Penal. O estágio supervisionado poderá ser realizado na UFRRJ, em outras Instituições de Ensino Superior, em Instituições não acadêmicas e empresas públicas e privadas, legalmente constituídas, devidamente conveniadas com a UFRRJ, e de atuação social/profissional reconhecida pela Coordenação do Curso.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico e um Orientador Corporativo quando o estágio realizar-se em outra Instituição. O Orientador Acadêmico será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso. O Orientador Corporativo será indicado pela instituição em que o aluno realizar o estágio, e será cadastrado na Coordenação do Curso.

O Colegiado de cada Curso de Graduação deverá estabelecer normas que orientarão os estágios supervisionados do curso, em consonância com as normas gerais de estágios da UFRRJ.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão do estágio, o aluno redigirá relatório detalhado e encaminhará cópia aos orientadores e à Coordenação do NPJ do Curso. Os orientadores emitirão parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprovação, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 004 - Orientação e Preparo de Monografia I (30 h/a)

CO-REQUISITO: Metodologia da Pesquisa Jurídica

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades iniciação de investigação acadêmica e científica e a conseqüente produção literária, elaborando a primeira versão do seu Trabalho Final de Curso – TCC.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico que será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão da atividade de prática, o aluno deverá apresentar redigida a primeira versão do seu TCC. O orientado emitirá parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprovação, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 005 - Prática Simulada em Direito do Trabalho (60 h/a)

CO-REQUISITO: Direito do Trabalho II

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades na área de Direito do Trabalho. O estágio supervisionado poderá ser realizado na UFRRJ, em outras Instituições de Ensino Superior, em Instituições não acadêmicas e empresas públicas e privadas, legalmente constituídas, devidamente conveniadas com a UFRRJ, e de atuação social/profissional reconhecida pela Coordenação do Curso.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico e um Orientador Corporativo quando o estágio realizar-se em outra Instituição. O Orientador Acadêmico será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso. O Orientador Corporativo será indicado pela instituição em que o aluno realizar o estágio, e será cadastrado na Coordenação do Curso.

O Colegiado de cada Curso de Graduação deverá estabelecer normas que orientarão os estágios supervisionados do curso, em consonância com as normas gerais de estágios da UFRRJ.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão do estágio, o aluno redigirá relatório detalhado e encaminhará cópia aos orientadores e à Coordenação do NPJ do Curso. Os orientadores emitirão parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprovação, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 006 - Orientação e Preparo de Monografia II (30 h/a)

PRÉ-REQUISITO: Orientação e Preparo da Monografia I

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades iniciação de investigação acadêmica e científica e a conseqüente produção literária, concluindo o seu Trabalho Final de Curso – TCC.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico que será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão da atividade de prática, o aluno deverá apresentar redigida a primeira versão do seu TCC. O orientado emitirá parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprovação, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 007 - Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização I (30 h/a)

CO-REQUISITO: Disciplina de Especialização I

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver as atividades de pesquisa e de prática da disciplina.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado diretamente pelo professor que leciona a disciplina, com base na elaboração de pesquisas, produção de textos, entrevistas e outras atividades práticas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade prática far-se-á concomitantemente com a da parte teórica da disciplina. O peso da atividade prática não será inferior a 30% (trinta por cento) do grau estabelecido para a disciplina.

NPJ 008 - Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização II (30 h/a)

CO-REQUISITO: Disciplina de Especialização II

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver as atividades de pesquisa e de prática da disciplina.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado diretamente pelo professor que leciona a disciplina, com base na elaboração de pesquisas, produção de textos, entrevistas e outras atividades práticas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade prática far-se-á concomitantemente com a da parte teórica da disciplina. O peso da atividade prática não será inferior a 30% (trinta por cento) do grau estabelecido para a disciplina.

NPJ 009 - Prática Simulada em Direito Empresarial (60 h/a)

PRÉ-REQUISITO: Direito Empresarial III

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver atividades na área do Direito Empresarial. O estágio supervisionado poderá ser realizado na UFRRJ, em outras Instituições de Ensino Superior, em Instituições não acadêmicas e empresas públicas e privadas, legalmente constituídas, devidamente conveniadas com a UFRRJ, e de atuação social/profissional reconhecida pela Coordenação do Curso.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado por um Orientador Acadêmico e um Orientador Corporativo quando o estágio realizar-se em outra Instituição. O Orientador Acadêmico será um professor dos Departamentos que oferecem disciplinas ao Curso. O Orientador Corporativo será indicado pela instituição em que o aluno realizar o estágio, e será cadastrado na Coordenação do Curso.

O Colegiado de cada Curso de Graduação deverá estabelecer normas que orientarão os estágios supervisionados do curso, em consonância com as normas gerais de estágios da UFRRJ.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão do estágio, o aluno redigirá relatório detalhado e encaminhará cópia aos orientadores e à Coordenação do NPJ do Curso. Os orientadores emitirão parecer avaliativo, que será encaminhado à Coordenação do NPJ do Curso e que emitirá parecer final de aprovação ou reprovação, a ser encaminhado à Coordenação do Curso, obedecendo ao calendário de lançamentos de conceitos do período letivo em que o estudante esteja matriculado.

NPJ 010 – Apresentação da Monografia II (30 h/a)

PRÉ-REQUISITO: Orientação e Preparo da Monografia II

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de concluir sua atividade de iniciação de investigação acadêmica e científica, com a apresentação do seu Trabalho Final de Curso – TCC.

ORIENTAÇÃO

O aluno, até chegar a este momento, foi orientado por um Orientador Acadêmico que será um dos integrantes da Comissão Examinadora do TCC.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Após a conclusão do TCC, o aluno terá o seu trabalho avaliado por uma Comissão Examinadora, integrada por 3 (três) membros, todos professores no curso de Direito da UFRRJ, dentre os quais, um deles, obrigatoriamente, será o professor que orientou a elaboração do TCC.

NPJ 011 - Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização III (30 h/a)

CO-REQUISITO: Disciplina de Especialização III

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver as atividades de pesquisa e de prática da disciplina.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado diretamente pelo professor que leciona a disciplina, com base na elaboração de pesquisas, produção de textos, entrevistas e outras atividades práticas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade prática far-se-á concomitantemente com a da parte teórica da disciplina. O peso da atividade prática não será inferior a 30% (trinta por cento) do grau estabelecido para a disciplina.

NPJ 012 - Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização IV (30 h/a)

CO-REQUISITO: Disciplina de Especialização IV

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver as atividades de pesquisa e de prática da disciplina.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado diretamente pelo professor que leciona a disciplina, com base na elaboração de pesquisas, produção de textos, entrevistas e outras atividades práticas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade prática far-se-á concomitantemente com a da parte teórica da disciplina. O peso da atividade prática não será inferior a 30% (trinta por cento) do grau estabelecido para a disciplina.

NPJ 013 - Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização V (30 h/a)

CO-REQUISITO: Disciplina de Especialização V

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver as atividades de pesquisa e de prática da disciplina.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado diretamente pelo professor que leciona a disciplina, com base na elaboração de pesquisas, produção de textos, entrevistas e outras atividades práticas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade prática far-se-á concomitantemente com a da parte teórica da disciplina. O peso da atividade prática não será inferior a 30% (trinta por cento) do grau estabelecido para a disciplina.

NPJ 014 - Pesquisa e Prática da Disciplina de Especialização VI (30 h/a)

CO-REQUISITO: Disciplina de Especialização VI

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver as atividades de pesquisa e de prática da disciplina.

ORIENTAÇÃO

O aluno será orientado diretamente pelo professor que leciona a disciplina, com base na elaboração de pesquisas, produção de textos, entrevistas e outras atividades práticas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade prática far-se-á concomitantemente com a da parte teórica da disciplina. O peso da atividade prática não será inferior a 30% (trinta por cento) do grau estabelecido para a disciplina.

ANEXO III



CURSO: DIREITO/BACHARELADO
SEROPÉDICA/NOVA IGUAÇU/TRÊS RIOS
ATO AUTORIZATIVO: DELIBERAÇÃO CONSU Nº009, DE 04 DE MARÇO DE 2009

| 1º SEMESTRE | 2º SEMESTRE | 3º SEMESTRE | 4º SEMESTRE | 5º SEMESTRE | 6º SEMESTRE | 7º SEMESTRE | 8º SEMESTRE | 9º SEMESTRE | 10º SEMESTRE |
|---|--|---|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---|--|--|
| Fundamentos da Ciência Política 4 60 | Direito civil I 4 60 | Direito Civil II 4 60 | Direito Civil III 4 60 | Direito Civil IV 4 60 | Direito Administrativo I 4 60 | Direito Administrativo II 4 60 | Direito Ambiental 4 60 | Direito do Trabalho II 4 60 | Direito Internacional Público 4 60 |
| Direito Constitucional I 4 60 | Direito Constitucional II 4 60 | Direito do Consumidor 2 30 | Direito Constitucional IV 4 60 | Direito Empresarial II 4 60 | Direito Civil V 4 60 | Direito Civil VI 4 60 | Direito do Trabalho I 4 60 | Direito Eleitoral 4 60 | Direito Processual Penal Militar 4 60 |
| Direito Romano 2 30 | Filosofia Geral e do Direito 4 60 | Direito Constitucional III 4 60 | Direito Empresarial I 4 60 | Direito Financeiro 2 30 | Direito Empresarial III 4 60 | Direito Processual Civil III 4 60 | Direito Processual Penal II 4 60 | Direito Penal Militar 4 60 | Direito Processual do Trabalho 4 60 |
| Fundamentos das Ciências Sociais 4 60 | História do Direito 2 30 | Direito Penal I 4 60 | Direito Penal II 4 60 | Direito Penal III 4 60 | Direito Penal IV 4 60 | Direito Processual Penal I 4 60 | Direito Tributário II 4 60 | Direito Processual Penal III 4 60 | Disciplina de Especialização III 2 30 |
| Introdução ao Estudo do Direito Civil 2 30 | Introdução ao estudo do Direito II 2 30 | Economia Política 2 30 | Teoria Geral do Processo 4 60 | Direito Processual Civil I 4 60 | Direito Processual Civil II 4 60 | Direito Tributário I 4 60 | Ética Profissional 2 30 | Disciplina de Especialização I 2 30 | Disciplina de Especialização IV 2 30 |
| Introdução ao Estudo do Direito I 2 30 | Psicologia aplicada ao Direito 2 30 | História do Direito no Brasil 2 30 | Responsabilidade Civil 2 30 | Prática Simulada I 4 90 | Prática Simulada II 4 60 | Metodologia da Pesquisa Jurídica 2 30 | Disciplina de Especialização II 2 30 | Disciplina de Especialização V 2 30 | |
| Língua portuguesa do Direito I 2 30 | Língua portuguesa do Direito II 2 30 | Sociologia Jurídica 2 30 | | | | Prática Simulada III 4 60 | Disciplina de Especialização VI 2 30 | | |
| | | | | | | Monografia I 3 45 | Prática Simulada IV 4 60 | Prática Simulada V 4 60 | |
| | | | | | | | Monografia II 2 30 | Monografia III 1 15 | |
| | | | | | | | Pesquisa e Prática da Disc. Especialização I 2 30 | Pesquisa e Prática da Disc. Especialização III 2 30 | |
| | | | | | | | Pesquisa e Prática da Disc. Especialização II 2 30 | Pesquisa e Prática da Disc. Especialização IV 2 30 | |
| | | | | | | | | Pesquisa e Prática da Disc. Especialização V 2 30 | |
| | | | | | | | | Pesquisa e Prática da Disc. Especialização VI 2 30 | |
| Créditos | Carga Horária | | | | | | | | |
| 20 | 300 | 20 | 300 | 20 | 300 | 24 | 390 | 24 | 360 |
| | | 20 | 300 | 20 | 300 | 24 | 360 | 27 | 405 |
| | | 20 | 300 | 20 | 300 | 24 | 360 | 24 | 360 |
| | | 20 | 300 | 20 | 300 | 24 | 360 | 20 | 495 |
| | | | | | | | | TOTAL | 3600 |

Considerações:
1 crédito = 15h